



**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA**  
**FACULDADE DE ADMINISTRAÇÃO, CONTABILIDADE E ECONOMIA**  
**(FACE)**

Maria Luiza Dias Campos

**O QUE FEZ O BRASILEIRO IR ÀS RUAS? UM ESTUDO SOBRE DETERMINANTES  
DE PROTESTOS NO BRASIL A PARTIR DE DADOS DO GOOGLE TRENDS**

**BRASÍLIA**

**2021**

Maria Luiza Dias Campos

**O QUE FEZ O BRASILEIRO IR ÀS RUAS? UM ESTUDO SOBRE DETERMINANTES  
DE PROTESTOS NO BRASIL A PARTIR DE DADOS DO GOOGLE TRENDS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Economia da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de bacharel em Ciências Econômicas.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Andrea Felipe Cabello

**BRASÍLIA**

**2021**

## **AGRADECIMENTOS**

Dedico esse trabalho à minha família, que nunca hesitou em me ajudar quando o assunto era a minha formação. Eu só consegui escrever esse trabalho e terminar essa graduação pelo suporte emocional e material que me foi dado incondicionalmente, e eu não poderia ser mais grata pela sorte e pelo privilégio em ter vocês na minha vida.

Agradeço também ao Márcio, meu professor de estatística, sem você certamente esse trabalho teria sido bem mais árduo e não teria o rigor e o profissionalismo alcançados. Muito obrigada à Profa. Andrea, minha professora mais antiga, que esteve comigo desde o meu primeiro dia na UnB, na minha primeira aula de Introdução à Economia, e logo depois no PET. Você foi a escolha mais coerente para me auxiliar nesse trabalho.

Muito obrigada ao meu namorado, Pedro, que esteve comigo durante toda a execução dessa monografia e me escutou falar bastante sobre ela sem entender muita coisa, mas sempre muito interessado e animado pelas minhas conquistas. Agradeço à Ana, minha melhor amiga e irmã de alma, que faz parte dos mínimos detalhes da minha vida, então não poderia não a mencionar.

Finalmente, agradeço a Deus, pela chance de ter estudado e finalizado um curso que pouquíssimas pessoas têm acesso e, que mesmo assim, tem o seu cerne na tomada de decisão para mudar o mundo e torná-lo um lugar melhor para todos. Espero fazer jus à responsabilidade inata à profissão nas próximas etapas da minha trajetória.

## SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	5
2	REVISÃO DE LITERATURA	7
2.1	Considerações iniciais	7
2.2	A dimensão política da instabilidade: <i>insights</i> sobre confiança	14
2.2.1	Confiança	14
2.3	Variáveis psicológicas: a teoria da privação relativa	16
2.3.1	Corrupção como uma queixa mobilizante: a esfera psicológica e a dimensão política	18
2.4	Uma abordagem mais objetiva: a teoria da mobilização de recursos	21
2.4.1	Teoria da mobilização de recursos: educação	24
2.4.2	Teoria da mobilização de recursos: associativismo	26
2.4.3	Teoria da mobilização de recursos: interesse por política	27
2.5	Teoria da estrutura de oportunidades políticas	29
2.6	As variáveis socioeconômicas: desigualdade de renda e desemprego	32
2.7	Utilizando as mídias sociais para analisar protestos: estudos anteriores	42
2.8	Conclusões e mapeamento teórico	47
3	BUSCANDO DETERMINANTES PARA PROTESTOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA	48
3.1	Metodologia	48
3.2	Resultados	51
3.2.1	Estudo das variáveis independentes	51
3.2.2	Estudo das variáveis dependentes	54
3.2.3	Resultado das regressões	56
3.2.4	Resultado agregado	61

4	CONCLUSÃO	64
5	REFERÊNCIAS	65

## 1 INTRODUÇÃO

Na atual conjuntura, manifestações na forma de protestos são uma realidade recorrente no Brasil e no resto do mundo. Desde o primeiro semestre de 2020, observa-se, no contexto brasileiro, uma maior preferência por formas de participação direta, tanto em movimentos contrários como favoráveis ao atual governo Bolsonaro. O ano de 2020 foi, de fato, caracterizado pelas manifestações e carreatas antidemocráticas as quais contaram, inclusive, com a participação do presidente. Em 2021, por sua vez, movimentos contrários ao atual governo e críticos de sua postura na conduta da pandemia e da maior crise sanitária dos últimos tempos tomaram as ruas em maio desse ano, e ainda estão em curso para ocorrer enquanto esse trabalho é escrito.

Também internacionalmente, 2020 foi um ano relevante para se discutir movimentos contestatórios de participação direta. Protestos após o assassinato de George Floyd tomaram as ruas dos Estados Unidos da América, reposicionando, emblematicamente, a pauta antirracista e o movimento Black Lives Matter no debate público global. No Oriente, os protestos no Líbano após a explosão em Beirute implementaram a conturbação social no país. Todos esses acontecimentos ratificam a importância que formas não convencionais de ação política têm para a representatividade e a participação civil, e são de sumo interesse para a comunidade acadêmica.

Nesse sentido, esse trabalho procura responder a seguinte pergunta de pesquisa: “*O que fez o brasileiro ir às ruas?*” no período entre 2013 e 2016, momento historicamente caracterizado pelas maiores manifestações de rua no Brasil. Para tal, buscou-se investigar determinantes de protestos a partir da plataforma *Google Trends*, que se utiliza do nível de interesse por termos pesquisados nas buscas do Google. No momento recente, percebe-se a importância das redes para movimentos sociais na forma de protestos, principalmente no tocante à viabilidade desse método de participação, como será discutido a seguir.

Assim, esse trabalho é composto por: uma revisão de literatura de arcabouços teóricos da Ciência Política sobre movimentos sociais e protestos, de forma a contextualizar o debate sobre manifestações de rua e entender como se situa o Brasil dentro da discussão acadêmica em questão; explicações sobre metodologia e resultados; e, finalmente, a conclusão. Busca-se, assim, complementar a compreensão sobre comportamento e participação política nacional, no esforço para se melhor entender a sociedade brasileira e suas reivindicações diante do poder público.

## 2 REVISÃO DE LITERATURA

### 2.1 Considerações iniciais

No presente estudo, busca-se entender os fatores determinantes da participação política em forma de protestos no Brasil. Conceituar participação política não é algo trivial. Reduzir seu significado a métodos convencionais, tais como eleições, associação partidária e organizações comunitárias da sociedade civil – como igrejas e ONG’s – não parece suficiente para a Ciência Política contemporânea. No intuito de aprimorar esse conceito, BOOTH (1979, p. 31, tradução nossa)<sup>1</sup> adiciona formulações econômicas ao tema essencialmente político, e define participação política como “comportamento que influencia ou pretende influenciar a distribuição dos bens públicos”.

O conceito de bens públicos aqui tem seu entendimento convencional da teoria econômica, de bens nem excludentes e nem rivais, e estes aspectos particulares se estendem à noção de estabilidade do regime político. Logo, a escolha de se opor a um regime ou apoiá-lo envolve a tentativa de interferir no processo de distribuição de bens públicos, e, portanto, se enquadra em participação política.<sup>2</sup>

Para BOOTH (1979, p. 31), a ênfase na mera tentativa de influenciar é crucial para compreender essa ideia: independentemente de seu sucesso ou fracasso, ainda sim se configura como participação. Ainda destaca que não ocorre necessariamente sob intencionalidade – quando se tem consciência clara sobre o ato político – e nem sob o status de convencionalidade – na imagem da permissão legal para a ação política.<sup>3</sup> Nessa perspectiva, há o enquadramento da participação como convencional ou não convencional.

Formas não convencionais de participação política tem marcos históricos importantes, tal como foi a Revolução Francesa ou o Movimento pelos Direitos Civis nos Estados Unidos, na década de 1960. Exemplos mais atuais e mais recentes dentro da América Latina também merecem

---

1. <sup>1</sup> BOOTH, John A. Political Participation in Latin America: Levels, Structure, Context, Concentration and Rationality. *Latin America Research Review*, vol. 14, no. 3, p. 31, 1979. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2502963>

<sup>2</sup> Ibidem.

<sup>3</sup> Ibidem, p. 32.

destaque, como os Piqueteiros na Argentina e os Caras Pintadas, no Brasil.<sup>4</sup> Todavia, a literatura sobre participação política que moldara as premissas academicamente consolidadas até o início dos anos 2000 é embasada nas teorias desenvolvidas das décadas de 50 e 60, quando o debate ainda estava centrado em formatos convencionais de participação.<sup>5</sup>

Para NORRIS (2002, p. 2), há uma preocupação em como as sociedades ocidentais estão cada vez mais desconexas com assuntos públicos, principalmente quando se considera os canais tradicionais de engajamento político. Nesse sentido, os métodos convencionais estão se esvaziando e perdendo importância para explicar vias de representatividade e participação. Dessa maneira, formas alternativas ganham espaço no ambiente político, e merecem atenção da comunidade acadêmica. Consoante NORRIS (2002, p. 2-3):

In post-industrial societies the younger generations, in particular, have become less willing than their parents and grandparents to channel their political energies through traditional agencies exemplified by parties and churches, but are more likely to express themselves through a variety of more ad hoc, contextual and specific activities of choice, increasingly via new social movements, Internet activism, and transnational policy networks.<sup>6</sup>

Há ainda evidências empíricas a respeito da ampliação no uso de métodos não convencionais de participação, de caráter contestatório. Parte da literatura afirma que formas convencionais de participação entraram em declínio ou estabilização, de modo a permitir que outros instrumentos de ação política sejam preferidos para influenciar decisões governamentais.<sup>7</sup> Em DALTON e WATTENBERG (2001)<sup>8</sup>, discute-se a decadência de partidos políticos como instrumento de participação, conforme a mídia se fortalece e escândalos de corrupção envolvendo partidos se tornam públicos. Consoante os autores, a atividade partidária sofre declínio ou, no

---

<sup>4</sup> RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Protestos Políticos na América Latina: tendências recentes e determinantes individuais. **Opinião Pública**, vol. 21, no. 1, p. 190. Abril, 2015.

<sup>5</sup> NORRIS, Pipa. *Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism*. **American Political Science Association**, p. 2. Janeiro, 2002.

<sup>6</sup> “Nas sociedades pós-industriais, as gerações mais jovens, em particular, tornaram-se menos dispostas do que seus pais e avós a canalizar suas energias políticas por meio de agências tradicionais, exemplificadas por partidos e igrejas, mas são mais propensas a se expressar por meio de uma variedade de métodos mais ad hoc, contextuais e atividades específicas de escolha, [se utilizando] cada vez mais dos novos movimentos sociais, do ativismo na internet e das redes políticas transnacionais.” (NORRIS, 2002, p. 2-3, tradução nossa).

<sup>7</sup> RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julia. Op. cit. p. 190.

<sup>8</sup> DALTON, Russell J.; WATTENBERG, Martin P. **Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies**. Estados Unidos da América: Oxford University Press, 2002.



mínimo, é alvo de uma transformação no papel que exerce no ambiente político de economias industriais avançadas. A decadência de formas convencionais é evidência também de GARCÍA e MARTÍN (2010), SÁNCHEZ (2011), SCHÄFER e STREECK (2013) e CAMPOS LIMA e MARTIN ARTILES (2013).<sup>9</sup>

A questão acerca do declínio de formas tradicionais de participação, como a atividade partidária ou o voto eleitoral, parece bem verdadeira também para Inglehart (2002)<sup>10</sup>. Para o autor, a preferência por formas não convencionais é fruto de uma mudança geracional que perpassa por uma alteração importante de valores. A emergência da geração pós-materialista, que não está sobretudo preocupada com as condições de reprodução da vida material, possibilitou o aperfeiçoamento das habilidades e das demandas políticas. Logo, a nova agenda está voltada para o bem estar social mais amplo, como a defesa dos direitos humanos, a redistribuição de riqueza no mundo, a igualdade racial e as pautas do movimento pacifista, e tem seu canal de expressão máxima nas formas essencialmente diretas de participação.

A análise empírica de Inglehart (2002)<sup>11</sup> torna ainda mais concreta essa difusão de formas não convencionais de ação política, principalmente em sociedades pós-industriais desenvolvidas. Todavia, ressalta a importância da propagação do que o autor chama de *elite-challenging actions*<sup>12</sup> na terceira onda de democratização iniciada em 1974, com a Revolução dos Cravos em Portugal, que tem impacto direto na consolidação de regimes democráticos na América Latina e nos países africanos. Apesar do “efeito lua-de-mel” - que retrata o posterior declínio da atividade política não convencional depois de estabelecidas as novas democracias – prevê para o longo prazo a mesma trajetória ascendente para o uso contínuo das formas não convencionais, tal como nas civilizações desenvolvidas.

---

<sup>9</sup> CAMPOS LIMA, Maria da Paz; MARTIN ARTILES, Antonio. Descontentamento na Europa em tempos de austeridade: Da ação coletiva à participação individual no protesto social. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, vol. 103, p. 145. Maio, 2014.

<sup>10</sup> INGLEHART, Ronald; CATTERBERG, Gabriela. Trends in Political Action: The Developmental Trend and the Post-Honeymoon Decline. **International Journal of Comparative Sociology**, vol. 43, no. 3-5, p. 301. Outubro, 2002.

<sup>11</sup> Ibidem, p. 300.

<sup>12</sup> A tese do autor é que sociedades ocidentais desenvolvidas experimentam declínio nas formas convencionais de mobilização, o que ele chama de “*elite-directed political mobilization*” e aumento nos índices de participação não convencional (“*elite-challenging actions*”).

Ademais, essa separação em métodos convencionais e não convencionais também é alvo de contestações dentro da literatura. Os mecanismos voltados para a participação têm se diversificado bastante, com o intuito de inovar nas ferramentas de expressão política. Logo, o observado é uma abordagem híbrida, em que se combina o repertório tradicional de ação política com formas alternativas, antes classificadas como não convencionais, como a tecnologia da internet, protestos de rua e boicotes, por exemplo.<sup>13</sup>

Há também um ponto importante a ser enfatizado: as inovações observadas nos métodos de participação aprofundaram ainda mais o vínculo entre fatores políticos e sociais. Atualmente, é difícil enxergar uma divisória clara entre o que concerne à esfera política exclusivamente, e o que representa o meio social per se. Essa realidade é exemplificada pela emergência do chamado *estilo de vida político*<sup>14</sup>, no qual o trabalho voluntário e a atividade de arrecadação e captação de recursos para ajudar uma causa são alguns dos elementos que mesclam ação política e vida em sociedade.

A interrelação entre áreas de estudo é ainda mais consolidada quando se insere o campo artístico aos fundamentos políticos e sociais. É certo que o debate sobre gênero e as pautas econômicas – como a desigualdade de renda e a causa ambiental – são temas recorrentes das artes plásticas e performáticas, e a desassociação dos vários campos de estudo torna-se progressivamente menos perceptível.

É nesse sentido também que há a transformação de elementos inerentes à esfera privada em instrumentos de ação política. Na contemporaneidade, a importância e protagonismo dos grupos identitários revela essa politização do que é privado, de modo a revolucionar esse estilo de vida político, e a reforçá-lo dentro do debate público. Atualmente, indivíduos fazem de suas escolhas pessoais formas de protesto e expressão de suas crenças, tornando a vida cotidiana em um ato político. É o caso do veganismo, movimento em prol dos direitos dos animais, e da ação da comunidade LGBTQI+, que politizou questões acerca da identidade de gênero e da orientação sexual.

Outra questão fundamental a essa discussão é que a divisória entre atividade política convencional e protestos também se desintegrou com o tempo, com a eclosão de movimentos

---

<sup>13</sup> NORRIS, Pipa. Op. cit., p. 4.

<sup>14</sup> Ibidem, p. 5.

pacíficos de rua. As manifestações previstas em lei são amplamente utilizadas por partidos políticos, grupos de interesses específicos e organizações sindicais, e inclusive se extrapolam para a ação política individualizada, na imagem dos protestos de rua encabeçados por cidadãos da classe média.<sup>15</sup> Consoante ALST e WALGRAVE (2001, p. 480), as sociedades ocidentais desenvolvidas vivenciam com frequência protestos de rua, de modo que esse mecanismo de engajamento político se transformou em parte institucionalizada da realidade democrática desses países. Portanto, protestos pacíficos têm ganhado legitimidade, atingindo inclusive a opinião pública.<sup>16</sup>

O cenário de institucionalização de protestos e a emergência do estilo de vida político podem ser encarados como produtos da famosa efervescência político-social dos anos 1960, destacando, em particular, a reação global em forma de protestos de rua em 1968. Com o surgimento de novos movimentos sociais, formas alternativas de participação ganharam espaço nas sociedades do ocidente, mudando a abordagem teórica referente aos estudos sobre ação política coletiva. Todavia, não se trata apenas do protagonismo dos protestos como forma de manifestação. A partir da década de 1960, os novos movimentos sociais produziram um novo tipo de protesto, alterando, principalmente, o perfil do protestante e, assim, modificando também a essência do movimento.<sup>17</sup>

Tal mudança de perfil é caracterizada, sobretudo, pela alteração do público gerador do movimento de rua: o que se observa é a presença massiva da classe média jovem politicamente ativa e mais bem instruída, no lugar do movimento operário. Logo, os protestos não são mais “uma explosão desorganizada da classe baixa”<sup>18</sup>, mas sim representam os interesses de uma elite jovem que se apossa de novas pautas, como foi o movimento hippie contra a guerra do Vietnã, ou como é hoje, com a militância ativa em prol de questões ambientais, por exemplo.

Nesse contexto, tornou-se mais complexo defender a tese de que protestos de rua são formas irracionais de ação coletiva.<sup>19</sup> Há, portanto, uma mudança de abordagem em que se busca entender a natureza racional desse tipo de participação, alterando a análise acadêmica a respeito dos

---

<sup>15</sup> NORRIS, Pipa. Op. cit., p. 5.

<sup>16</sup> AELST, Peter; WALGRAVE, Stefaan. Who is that wo(man) in the street? From the normalization of the protest to the normalization of the protester. **European Journal of Political Research**, p. 480. Janeiro de 2001.

<sup>17</sup> AELST, Peter; WALGRAVE, Stefaan, op. cit, p. 462.

<sup>18</sup> Ibidem.

<sup>19</sup> ALST e WALGRAVE, 2001 p. 462 apud HOOGHE, 1997.

protestos. Não há mais sua categorização de enfraquecedor de democracias. Se torna assim forma legítima de ação política, vista como benéfica ao sistemas democrático, e essencial para a constituição de um sistema político maduro.<sup>20</sup>

Dessa maneira, há uma certa “normalização” da participação política em forma de protestos em certas sociedades ocidentais desenvolvidas. Isso porque a atividade de protestar se torna cada vez menos inconvençãoal, na medida em que os protestos aumentam em frequência e em número de participantes. Além disso, o repertório de pautas políticas a serem defendidas aumenta, uma vez que os valores pós-materialistas se unem às antigas questões socioeconômicas.<sup>21</sup>

Mais evidências sobre esse processo de “normalização” das formas não convencionais está em Inglehart (2002). Consoante o autor, “petitions, boycotts, and other forms of direct action are no longer unconventional but have become more or less normal actions for a large part of the citizenry of post-industrial societies.” (INGLEHART e CATTERBERG, 2002, p. 300).<sup>22</sup> Dessa forma, parte da literatura contemporânea corrobora a ideia de que o convencional está em transformação, havendo uma lógica de inversão nesse processo: o inconvençãoal se torna convencional.

Entretanto, o cenário de conturbação social aqui considerado – O Brasil de 2013 a 2016 – não corrobora a ideia de manifestações institucionais pacíficas, em que essa normalização dos protestos como mecanismo de participação política faz parte da realidade social. Na verdade, esse período possui atributos extraordinários, na medida em que consolidou consequências políticas decisivas, as quais estão mais vinculadas à instabilidade do regime do que à robustez dos processos democráticos. Nessa perspectiva, são fundamentais para se compreender o atual contexto político brasileiro, marcado pela forte polarização que desencadeou a eleição de Jair Bolsonaro à presidência, em 2018.

Na obra “From Mobilization to Revolution” de TILLY (1978, p. 2-43 apud Useen, 1973, p. 37, tradução nossa)<sup>23</sup> a formação de movimentos de protesto perpassa pela “pré-existência de um

---

<sup>20</sup> ALST e WALGRAVE, 2001 p. 462 apud RUCHT, 1998.

<sup>21</sup> ALST e WALGRAVE, Op. cit. p. 462-463.

<sup>22</sup> “(...) petições, boicotes e outras formas de ação direta não são mais “não convencionais”, mas se tornaram ações mais ou menos normais para uma imensa parte da civilização das sociedades pós-industriais.”

<sup>23</sup> TILLY, Charles. **From Mobilization to Revolution**. Primeira edição. Nova York, McGraw-Hill College. Maio, 1978.

grupo de pessoas unidas em torno de princípios políticos” de modo a buscar soluções para um possível problema social. Consoante tal ponto de vista, alguns protestos eclodem de forma espontânea, e não necessariamente representam um esforço consciente empreendido por uma liderança política pré-concebida. Mas podem também refletir um longo processo de maturação, no qual uma quantidade substancial de pessoas vem a reconhecer a atividade de protesto como legítima.

Esse conceito de movimentos sociais na forma de protestos elucida duas formas principais de encarar esse tipo de participação política: uma decorrente de um processo mais direto e incipiente, pouco organizado e desenvolvido, por isso esse caráter mais espontâneo; ou a partir de uma abordagem mais bem elaborada e gradual, que é imprescindível a essa maturidade compartilhada socialmente da legitimidade dos protestos como forma efetiva de ação política. Os protestos que tomaram as ruas no Brasil entre 2013 a 2016 parecem se encaixar mais na primeira visão exposta.

Nessa perspectiva, para o escopo desse trabalho, convém também citar TATAGIBA e GALVÃO (2019, p. 68) apud TILLY (1978), que definem eventos de protestos como

(...) ações coletivas – envolvendo pelo menos duas pessoas – iniciadas por grupos da sociedade, de natureza extrainstitucional – [isto é] são eventos públicos que rompem com a rotina e instauram ou ameaçam instaurar algum tipo de dano – e voltadas a sustentar reivindicações ou queixas que, se atendidas, afetariam o interesse de outras pessoas.<sup>24</sup>

O descrédito frente à política nacional é anterior às Jornadas de Julho, e possui uma trajetória ascendente a partir de 2011. Todavia, é em 2013 que a descrença para com as instituições políticas, na imagem do discurso antipetista e anticorrupção, toma forma. No período entre 2014 e 2016, há o agravamento da crise política com os desdobramentos da Operação Lava-jato, e a essas circunstâncias se soma a crise econômica, resultando no impeachment de Dilma Rousseff em 2016.<sup>25</sup> Tal conjuntura, agregada à conturbação social intensa, promoveu a instabilidade do sistema, que atualmente se intensificou. Isso se justifica pela emergência de uma classe média

---

<sup>24</sup> TATAGIBA, Luciana; GALVÃO, Andreia. **Opinião Pública**, vol. 25, no. 1, p. 68. Campinas, janeiro/abril, 2019.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 81, 82, 86, 87.

reacionária, que saiu às ruas demandando o fechamento do congresso, e com pautas antidemocráticas, a favor da ditadura de 1964, no primeiro semestre de 2020.

## 2.2 A dimensão política da instabilidade: *insights* sobre confiança

### 2.2.1 Confiança

O exercício sobre o que justifica a estabilidade do sistema democrático pode ser útil para se entender momentos disruptivos como foi julho de 2013 e os anos 2015 e 2016. Nesse sentido, na literatura sobre participação política e estabilidade, a confiança – interpessoal e nas instituições – é uma das variáveis comumente abordadas no estudo sobre as causas da manutenção de sistemas democráticos. Para o escopo desse trabalho, escolheu-se debater ainda a variável “percepção sobre corrupção”, dado o contexto político polarizado, em que o discurso anticorrupção e antipetista ganha bastante repercussão no debate nacional.

O artigo de INGLEHART (1988)<sup>26</sup> defende a tese de que a estabilidade possa ser determinada por fatores culturais e subjetivos. Dessa forma, sistemas democráticos estáveis estariam atrelados à cultura cívica, termo cunhado por ALMOND e VERBA (1963), na obra *The Civic Culture*. Consoante RENNÓ (2001), a cultura cívica é definida “pela presença de altos níveis de orgulho das instituições democráticas, sentimentos de competência política, e, de novo, confiança mútua”.<sup>27</sup> Essa visão parte do pressuposto de que a cultura e os valores individuais precedem o regime político e são fundamentais para compreendê-lo.

Entretanto, esse nexos causal entre características subjetivas e culturais e as especificidades de um regime político são contestáveis. A direção da causalidade é controversa. MULLER e SELIGSON (1994) dissertam sobre como fatores culturais podem ser apenas um efeito do regime político, e não sua causa. Nessa interpretação, a estabilidade do regime democrático antecede a cultura cívica, ou seja, na medida em que a democracia se fortalece, influencia na confiança interpessoal, na percepção sobre a competência da ação política e no orgulho das instituições.<sup>28</sup>

---

<sup>26</sup> INGLEHART, Ronald. The Renaissance of Political Culture. *The American Political Science Review*, vol. 82, no. 4, p. 1203-1230. Dezembro, 1988.

<sup>27</sup> RENNÓ, Lúcio R. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. *Opinião pública*, vol. 7, no. 1, p. 37, 2001.

<sup>28</sup> MULLER, Edward N.; SELIGSON, Mitchell A. Civic Culture and Democracy: the question of casual relationship. *The American Political Science Review*, vol. 88, no. 03, p. 635. Setembro, 1994.

Logo, variáveis econômicas seriam mais importantes no estudo dos determinantes da estabilidade – ou instabilidade – dos sistemas políticos.

BENSON e ROCHON (2004) encontram evidências sobre como a confiança interpessoal atua diminuindo os custos esperados dos protestos e aumenta a probabilidade de os indivíduos engatarem em movimentos de militância. Consoante o estudo citado, a confiança e a orientação moral são tão fundamentais que “na presença de confiança interpessoal e valores pós-materialistas, baixos níveis de educação não se tornam obstáculos para o nível individual de engajamento cívico na forma de protestos.”<sup>29</sup>

Dessa forma, a confiança parece ser importante para explicar comportamentos políticos não convencionais – como protestos – e se configura também como fator relevante no estudo da estabilidade de regimes democráticos. Uma possível justificativa para sua relevância é que a confiança interpessoal reforça a cooperação entre indivíduos, criando expectativas compartilhadas socialmente de padrões contínuos de comportamento.<sup>30</sup> Consoante RENNÓ (2001),

A confiança interpessoal é um dos principais valores culturais associados ao comportamento político. Uma longa tradição, de Maquiavel aos mais recentes estudos sobre capital social, está centrada nas consequências da confiança para o sistema político. Uma hipótese central dessa literatura tão diversificada é que a cultura cívica exige altos níveis de confiança interpessoal. Quanto mais confiança existe, mais associativa a sociedade, mais politicamente envolvido o cidadão e mais estável a democracia.<sup>31</sup>

Todavia, há controvérsias sobre a relação direta entre participação política e confiança. MACHADO, SCARTASCINI e TOMMASI (2015) apontam para uma causalidade estatisticamente significativa entre participação em protestos e confiança interpessoal para países latino-americanos, mas esse resultado significativo pode se alterar dependendo da metodologia empregada, como foi mesmo exposto pelos autores. Para USLANER e BROWN (2005) essa falta de objetividade também é característica da relação entre as variáveis. Concluem ainda que a confiança possui impactos mais relevantes em formas comunitárias de engajamento político – como o trabalho voluntário – do que em métodos mais convencionais de participação. Os autores

---

<sup>29</sup> BENSON, Michelle; ROCHON, Thomas. INTERPERSONAL TRUST AND THE MAGNITUDE OF PROTEST: A Micro and Macro Level Approach. *Comparative Political Studies*, vol 37, no. 04, p. 455. Maio, 2004.

<sup>30</sup> RENNÓ, Lúcio R. Op. cit. p. 36.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 34.

também corroboram uma direção intuitiva para a causalidade, que coloca os níveis de confiança como anteriores ao engajamento – ou seja, a confiança é mais propícia de gerar participação do que o contrário.

No caso brasileiro, discute-se uma cultura política nacional tida como individualista, em que o capital social<sup>32</sup> adquirido é limitado.<sup>33</sup> A literatura ainda aponta para os baixos graus de confiança interpessoal<sup>34</sup> e confiança política<sup>35</sup>, de modo que ARBACHE (2015) menciona como o contexto de capital social debilitado pode trazer consequências para variáveis como “interesse por política”, influenciando o comportamento da participação no país. De fato, no que concerne à confiança em solo nacional, a colocação do autor continua relevante para o cenário atual:

Portanto, precisamos entender que podem existir diversos tipos de indivíduos (para não falar de ambiguidades dentro de um mesmo indivíduo): cidadãos críticos (politicamente ativos e informados, com confiança baixa no sistema), cidadão “cínico” (também desconfiados, porém com pouco engajamento). Talvez estejamos testemunhando no Brasil o nascimento de um outro tipo de cidadão, mais controverso do que esses supracitados: um indivíduo também com baixa confiança política, bastante engajamento, mas pouco apoio à democracia. Seria como uma mistura do cidadão cínico com o cidadão crítico, alguém que busca (por vezes de maneira impulsiva e desesperada) afetar o sistema político, mas não acredita nele e começa a desenvolver (ou renovar) uma simpatia pelo autoritarismo.<sup>36</sup>

### 2.3 Variáveis psicológicas: a teoria da privação relativa

A teoria da privação relativa<sup>37</sup>, muito explorada pela Ciência Política, tenta explicar o engajamento em formas contestatórias de participação por influência de fatores subjetivos, se associando mais à tese de INGLEHART (1988). Consoante GURR (1968), a variável psicológica “privação relativa” é a origem do descontentamento que leva à participação política não

---

<sup>32</sup> “Conceito (...) utilizado para explicar a participação política a partir de duas variáveis independentes - confiança interpessoal e associativismo.” ARBACHE, Guilherme. Op. cit. p. 57

<sup>33</sup> ARBACHE, Guilherme. Op. cit. p. 1 apud BAQUERO (2001).

<sup>34</sup> ARBACHE, Guilherme. Op. cit. p. 70 apud POWER e JAMISON (2005); JUNIOR e EISENBERG (2006).

<sup>35</sup> ARBACHE, Guilherme. Op. cit. p. 1 apud MOISÉS (1995; 2005; 2010).

<sup>36</sup> ARBACHE, Guilherme. Op. cit. p. 142.

<sup>37</sup> Sobre a teoria da privação relativa ver: RUNCIMAN, Walter G. **Relative deprivation and social justice: a study of attitudes to social inequality in twentieth-century England**. Berkeley: University of California Press, 1966.



convencional. O conceito se sustenta na possível discrepância percebida pelo indivíduo entre os recursos e as condições de vida que ele gostaria de usufruir e a sua situação real de alcance.<sup>38</sup>

Nessa perspectiva, a insatisfação tem respaldo no sentimento de injustiça social e o agente se percebe em uma situação menos favorável no que concerne ao acesso de oportunidades e à distribuição de recursos materiais, quando comparado aos seus semelhantes. Diante desse descontentamento, não só o sentimento de injustiça e raiva são importantes para o engajamento em formas não tradicionais de participação, como também é necessário que o indivíduo vislumbre uma possibilidade de mudança de cenário e de alcance dos seus desejos, o chamado “horizonte do possível”.

Nesse sentido, tal teoria viabiliza uma interpretação contraintuitiva, na medida em que o descontentamento pode crescer diante de resultados socialmente positivos, tais como aumento da mobilidade social e melhoras na distribuição de riqueza. Esses fatores positivos alimentam a esperança em um “horizonte do possível”, de tal forma que, mesmo em uma situação melhor, o indivíduo sempre busca uma posição acima da sua. Essa temática foi muito explorada pela mídia em 2019, com os protestos que assolaram o Chile de outubro a março daquele ano.

Essa questão de vislumbrar mudanças foi enfatizada por MENDONÇA E FUKS (2015) apud SANTOS (2006)<sup>39</sup> como essencial ao argumento. Consoante SANTOS (2006)<sup>40</sup>, o Brasil vivencia uma dinâmica de inércia social, caracterizada pela concentração contínua de renda e de pessoas em realidades sociais extremas, de forma a minguar o horizonte do possível e inviabilizar os mecanismos da teoria da privação relativa. Todavia, o período histórico aqui considerado, principalmente em 2013, quebra essa dinâmica de inércia social e possibilita o debate sobre a manifestação desses argumentos em contexto brasileiro.

A teoria da privação relativa foi testada para a América Latina no estudo de RIBEIRO e BORBA (2015). A conclusão acerca de sua validade indica não haver uma tendência clara que confirme a hipótese no continente. Os autores chegam ao entendimento de que, para os dados

---

<sup>38</sup> Gurr, Theodore. A Causal Model of Civil Strife: A Comparative Analysis Using New Indices. **American Political Science Review**, vol 64, no. 4, p. 1104. Dezembro, 1968.

<sup>39</sup> MENDONÇA, Clarice; FUKS, Mario. Privação relativa e ativismo em protestos no Brasil: uma investigação sobre o horizonte do possível. **Opinião Pública**, vol. 21, no. 3, p. 626-627. Campinas, dezembro, 2015.

<sup>40</sup> *Ibidem*.

agregados dos países latino-americanos analisados, a adesão aos protestos parece sim indicar insatisfação de cunho social, político ou econômico. Entretanto, do ponto de vista individual, avaliado por regressões logísticas, as quatro variáveis utilizadas para mensurar “privação relativa” – satisfação com a vida, com a economia e com a democracia e confiança nas instituições – apresentaram efeitos contrários ao esperado em 8 dos 12 testes analisados.<sup>41</sup> Tal efeito sugere que a insatisfação não é um elemento suficiente para explicar participação em protestos na realidade latino-americana.

MENDONÇA e FUKS (2015) encontram alguns resultados a favor da hipótese de privação relativa para o Brasil, dada a conclusão empírica de que níveis intermediários de insatisfação com a vida aumentam as chances de um indivíduo se engajar em protestos políticos. Ademais, consoante os autores, “os extremos de satisfação com a vida parecem ser desmobilizadores do ativismo em protestos”, apontando evidências para a tese de inércia social no contexto brasileiro. Contudo, não conseguem determinar o horizonte do possível como fator condicionante da insatisfação que pode ter efeito sobre a participação em protestos, conceito fundamental para a validar a teoria de privação relativa.

O nível de bem-estar subjetivo é também abordado como um possível determinante para a Primavera Árabe, ocorrida em 2011. Para CHANEY, AKERLOF e BLAYDES (2012)<sup>42</sup>, acréscimos na percepção individual de satisfação observados em 2010 reduziram a probabilidade de conturbações sociais em 2011, para uma amostra de países pertencentes à Liga Árabe. Na maior parte das nações que de fato vivenciaram protestos, observa-se uma queda da porcentagem de pessoas da amostra que se autorreportaram satisfeitas com suas condições de vida, no período de 2009 a 2011. O estudo pode ser considerado como uma possível evidência da teoria da privação relativa para sociedades orientais.

### **2.3.1 Corrupção como uma queixa mobilizante: a esfera psicológica e a dimensão política**

A corrupção é uma variável de extrema importância para o trabalho aqui empenhado, ainda mais quando se trata do contexto brasileiro. Dentro do debate sobre conturbações sociais e suas

---

<sup>41</sup> RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julian. Op. cit. p. 210-211.

<sup>42</sup> CHARNEY, Eric; AKERLOF, George A.; BLAYDES, Lisa. Democratic Change in the Arab World, Past and Present. *Brookings Papers of Economic Activity*, 2012, p. 388-391.

causas, a percepção sobre corrupção possui importantes repercussões no âmbito dos aspectos psicológicos, em especial no que concerne à insatisfação.

Dessa forma, DE JONGE (2009) aborda a perspectiva pela qual se defende a existência de certos tipos de queixa que mais facilmente viabilizam ações coletivas por possibilitarem reduções dos custos associados a esse tipo de participação. Nesse sentido, a natureza da insatisfação e a forma como o indivíduo a experiencia são questões fundamentais para se compreender a queixa materializada em ação política. Para o autor, um ambiente corrupto sugere uma insatisfação mobilizante, isto é, pode ser fator crucial para explicar a incidência de protestos.

Para se entender qual seria essa maneira de vivenciar as queixas que melhor conduziria à ação, é necessário frisar alguns pontos. Primeiramente, a disposição mais precisa do descontentamento no tempo: quando a queixa tem marcadores temporais mais exatos, os agentes mais facilmente agem em prol dela. Quando um contexto de insatisfação perdura por longos períodos –por exemplo, quando um país é assolado por desigualdades socioeconômicas estruturais – discute-se a perda da capacidade de reação.

Outro importante fator a ser considerado é o tipo de sentimento que a queixa em questão engendra, em especial, se a carga emocional é caracterizada pela raiva. Consoante parte da literatura, o sentimento de raiva mais facilmente empenha mobilizações porque atua exatamente no mecanismo de custos e benefícios enfrentado pelo agente. Logo, a raiva atenua os custos percebidos e aumenta os benefícios em tomar partido na ação (LERNER e KELTNER (2001); HUDDY et al (2007); GURR, 1970, p. 30-36).<sup>43</sup>

Além disso, insatisfações que aumentem a percepção da eficácia da ação individual ou coletiva é também um elemento discutido. Isso é facilmente compreendido pelo cenário em que determinada insatisfação experienciada pelo indivíduo ou pelo grupo perde a capacidade de ser atendida pelo processo político convencional, como por exemplo pelo voto eleitoral. Nessa perspectiva, mecanismos inconventionais de ação direta - como protestos - se tornam saídas viáveis e não mais tão custosas – em termos de disponibilidade de recursos individuais.<sup>44</sup> De fato, vários estudos apontam que níveis mais elevados de eficácia da ação individual e coletiva, além da maior

---

<sup>43</sup> DE JONGE, Chad Kiewiet. Corruption as a Mobilizing Grievance. **Congress of the Latin American Studies Association**, p. 6. Rio de Janeiro, junho, 2009.

<sup>44</sup> DE JONGE (2009) apud TARROW (1998).

percepção sobre confiança interpessoal como já mencionado anteriormente, tendem a produzir impactos positivos na aderência em protestos (KLANDERMANS (1984); MULLER e OPP (1986); FINKEL et al (1989) ; MULLER et al (1991); LICHBACH, 1998, p. 83-84).<sup>45</sup>

Ademais, determinadas insatisfações mais facilmente encontram um alvo a se dirigir, isto é, viabilizam com mais clareza o dito processo de atribuição de culpa.<sup>46</sup> Como também é discutido na seção sobre associativismo, mobilizações de ação direta se desenvolvem mais espontaneamente quando há a construção de uma identidade que possibilite o cenário “de nós contra eles”, ou seja, quando mais facilmente há quem culpar pelas queixas vivenciadas pelos indivíduos ou pelo grupo. O discurso anticorrupção que assolou as manifestações de 2013 e o qual se mesclou ao discurso antipetista, levando à essa forte polarização da sociedade brasileira, pode ser facilmente detectado nos diversos pontos aqui levantados.

No tocante a evidências empíricas, DE JONGE (2009) consegue com maior robustez afirmar que a corrupção não pode mais ser entendida como um fator desmobilizante ou que não afeta a decisão de protestar, pelo menos para o contexto Latino-Americano. Consegue sugerir ainda que o ambiente corrupto é sim uma queixa a qual mais facilmente mobiliza pessoas, quando comparada a outras possíveis queixas compartilhadas socialmente. O impacto positivo e significativo da experiência com corrupção como mobilizadora de protestos, no contexto da América Latina, também é conclusão de MACHADO, SCARTASCINI e TOMMASI (2015) e GINGERICH (2009).

Do ponto de vista da geopolítica atual, é possível citar ainda o movimento espanhol *Indignados*, ocorrido em maio de 2011. A literatura aponta para o repúdio e a desconfiança que se firmou frente à estrutura política consolidada– rechaço para com partidos políticos e políticos profissionais.<sup>47</sup> Coloca ainda a sensação de corrupção generalizada como fator condicionante.<sup>48</sup> A própria mobilização foi regida pelo slogan “They Don’t Represent Us”<sup>49</sup>, com ausência de representações ou bandeiras partidárias. O protesto pode ser compreendido como uma rejeição à

---

<sup>45</sup> DE JONGE. Op. cit. p. 7.

<sup>46</sup> DE JONGE. Op. cit. p. 7-8.

<sup>47</sup> PETERSON et al, 2015, p. 297 apud CASTAÑEDA, 2012, p. 310.

<sup>48</sup> PETERSON et al, 2015, p. 297 apud HUGHES, 2011, p. 409.

<sup>49</sup> “Eles não nos representam” (tradução nossa).

chamada “velha política”, em que os mobilizados se afastaram de ideologias e optaram por protestar enaltecendo causas próprias.<sup>50</sup>

## 2.4 Uma abordagem mais objetiva: a teoria da mobilização de recursos

Outra abordagem do âmbito microsocial de relevância acadêmica é a chamada teoria da mobilização de recursos, que se contrapôs à importância de variáveis psicológicas como determinantes dos movimentos sociais. De fato, a teoria da privação relativa se revelou uma hipótese fraca para explicar as causas das mobilizações em certos estudos, os quais não conseguiram achar suporte empírico para a teoria da privação como principal impulsionador das ações coletivas (SNYDER e TILLY (1972); MULLER (1972); BOWEN et al. (1968); CRAWFORD e NADITCH (1970)).<sup>51</sup> Com sua emergência, houve uma alteração importante no foco de pesquisa, em que não buscava-se mais o porquê dos movimentos eclodirem, mas sim como estes eclodiam.<sup>52</sup>

Consoante McCARTHY e ZALD (1977), a privação e o sentimento de queixa podem ser elementos que incitam o apoio a movimentos sociais, mas não se configuram como condições suficientes para a mobilização. Baseiam sua hipótese no forte pressuposto de TURNER e KILLIAN (1972) de que sempre haverá descontentamento suficiente que sirva de base à formação de movimentos sociais se a mobilização coletiva tiver à sua disposição os recursos suficientes e o poder político de elites pré-estabelecidas.<sup>53</sup> Acrescentam ainda à essa suposição a hipótese de que o descontentamento pode ser criado e moldado de acordo com os interesses de organizações subjacentes aos movimentos sociais. Assim,

Contrasted with theories that attempted to predict mobilization levels directly from "frustration" or deprivation, RMT [Resource Mobilization Theory] argues that the amount of mobilization or movement participation cannot be predicted directly from the level of deprivation or grievances. Participation involves expenditures of time, energy, and money

---

<sup>50</sup> PETERSON et al, 2015, p. 297 apud PERUGORRIA e TEJERINA, 2013, p. 433.

<sup>51</sup> McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. *American Journal of Sociology*, vol. 82, no. 6, p. 1214. Maio, 1977.

<sup>52</sup> MEYER, David S. Protest and Political Opportunities. *Annual Review of Sociology*, vol. 30, p. 127. 2004.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 1215.

and populations with few resources are less able to act on grievances or perceived injustices.<sup>54</sup>

Logo, a ação coletiva seria produto da própria articulação do sistema político e econômico instituído. Portanto, o estudo de mobilizações sociais envolveria a análise cautelosa da estrutura de incentivos que os agentes enfrentam, dos possíveis mecanismos de redução de custos e os benefícios de carreira que conduzem a essa forma de participação. Além disso, questões fundamentais como a captação de recursos agregados – capital e trabalho – e a existência de um certo nível de organização já consolidado são essenciais à ação coletiva. A participação de indivíduos e organizações externos aos movimentos sociais é aspecto fundamental no exercício dessa captação.<sup>55</sup>

Consoante a teoria da mobilização de recursos, a sociedade concede a infraestrutura necessária para a consolidação de movimentos sociais organizados, que estão associados a certo grupo de interesse – o movimento social em si – e inseridos em uma indústria, a indústria dos movimentos sociais. Essa realidade é muito recorrente na sociedade norte-americana, com a formação de vários movimentos organizados, tais como: *Student Non-Violent Coordinating Committee* (SNCC), *the Congress of Racial Equality* (CORE), *the National Association for the Advancement of Colored People* (NAACP) e *Southern Christian Leadership Conference* (SCLC), todos vinculados ao movimento negro.<sup>56</sup>

Para atingir sua pauta de metas e preferências, um movimento organizado necessita captar recursos junto à sociedade, isto é, precisa recorrer às organizações e aos indivíduos externos à sua agenda para obter tais recursos, como legitimidade, dinheiro, infraestrutura e trabalho.<sup>57</sup> Dessa forma, a ação do movimento organizado só ocorre mediante essa capitalização estritamente necessária. Nesse sentido, observa-se que aqueles ligados a esse suporte fundamental podem não

---

<sup>54</sup> “Em contraste com as teorias que tentavam prever os níveis de mobilização diretamente da "frustração" ou privação, RMT [Teoria da Mobilização de Recursos] argumenta que a quantidade de mobilização ou participação no movimento não pode ser prevista diretamente a partir do nível de privação ou queixas. A participação envolve gastos de tempo, energia e dinheiro e as populações com poucos recursos são menos capazes de agir em relação a queixas ou injustiças percebidas.” (McCARTHY, John D, ZALD, Mayer N., 2001, p. 535, tradução nossa.)

<sup>55</sup> McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N (1977) Op. cit. p. 1216.

<sup>56</sup> Ibidem, p. 1219.

<sup>57</sup> McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. (1977) Op. cit. p. 1220.

estar vinculados aos valores ou princípios ideológicos que fomentaram o movimento em primeiro lugar.

Dessa maneira, a figura das elites se configura como uma peça-chave ao funcionamento das ações coletivas. O objetivo do movimento organizado é de fato transformar os adeptos ao movimento em mobilizadores de recursos, mas essa conversão nem sempre se concretiza. De qualquer forma, apoiadores, mobilizadores individuais e o público em geral são agentes que controlam recursos muito limitados e, com frequência, o controle está restrito aos recursos extremos como o tempo de trabalho e a própria mão de obra. É nesse contexto que as elites emergem como uma possibilidade alternativa de financiamento mais amplo.

Nesse sentido, não só têm papel fundamental na viabilização de financiamento, como também representam a parcela social que mais acumula recursos individuais que vão além desse fator financeiro, apesar de estarem relacionados a ele. Para que o sentimento de injustiça se transforme em ação, é necessário considerar o contexto de vida do agente em aspectos mais profundos, como por exemplo, a estrutura de compromissos conflitantes que ele enfrenta. Indivíduos possuem diferentes agendas de compromissos, que podem incluir ocupação profissional, metas para a educação pessoal e preocupações familiares.<sup>58</sup>

Dessa forma, os indivíduos diferem nessa estrutura de compromissos e ocupações, o que impacta diretamente a sua participação no movimento e a sua capacidade de, inclusive, aplicar alguns desses recursos individuais na mobilização. Isso se traduz em diferentes níveis de habilidade, dinheiro e tempo que os agentes disponibilizam a serviço do movimento, fatores relacionados com a renda, e, por conseguinte, com a classe que pertencem. É intuitivo pensar que indivíduos com mais tempo discricionário<sup>59</sup> e dinheiro, e, portanto, com maior status social, lidam

---

<sup>58</sup> McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. The Enduring Vitality of the Resource Mobilization Theory of Social Movements. **Handbooks of Sociology and Social Research**, p. 536. Janeiro, 2001.

<sup>59</sup>A relação entre disponibilidade de tempo discricionário e classe é controversa. BRADY, VERBA e SCHLOZMAN (1995, p. 274) apud MINCER (1962) admitem certa ambiguidade. A teoria econômica permite supor um efeito renda que viabilizaria aos mais ricos maior tempo livre, mas, simultaneamente, é possível conceber um efeito substituição, isto é, maiores salários aumentariam o custo de oportunidade do ócio. De qualquer forma, BRADY, VERBA e SHLOZMAN não conseguiram encontrar um padrão para a disponibilidade de tempo livre quando se considera estratificação social. O tempo livre estaria mais relacionado a circunstâncias da vida do indivíduo, como estar empregado, principalmente em ocupações de tempo integral, ou ter filhos, especialmente em idade pré-escolar.

com uma agenda menor de compromissos conflitantes, podendo com mais facilidade se engajar em movimentos sociais.<sup>60</sup>

Os recursos individuais - como renda e educação - parecem ser elementos cruciais para se explicar participação em protestos no contexto europeu, como mostra os estudos de SCHOENE e ALLAWAY (2019) e ALST e WALGRAVE (2001). No artigo de RIBEIRO e BORBA (2015), os autores concluem a favor da teoria da mobilização de recursos para os 17 países latino-americanos estudados. Para os autores, o engajamento em protestos pode ser entendido como

(...) produto de recursos individuais (escolaridade, interesse por política e sentimento de eficácia política<sup>61</sup>) e coletivos (pertencimento a redes associativas), os quais podem ser objetivos (escolaridade e pertencimento a redes) ou subjetivos (interesse por política e sentimento de eficácia política).

Nas próximas seções, serão discutidas algumas variáveis comumente utilizadas na literatura para testar empiricamente essa teoria, e que podem ser úteis para compreender o público engajado nos protestos de 2013 a 2016. A educação foi escolhida como recurso individual objetivo e o interesse por política como recurso individual subjetivo. O associativismo é outra variável bastante citada e, portanto, será mencionado nas seções seguintes.

#### **2.4.1 Teoria da mobilização de recursos: educação**

O acesso à educação é assunto constante no debate sobre os determinantes da participação política. Fortemente correlacionada com a situação econômica do indivíduo, a escolaridade é, assim, atrelada à renda familiar ou à renda individual que este usufrui. Desse modo, é esperado que indivíduos com maiores níveis de renda e de escolaridade ocupem postos de trabalho mais bem remunerados e socialmente reconhecidos, concentrando parte desproporcional da riqueza gerada. Para BRADY, VERBA e SCHLOZMAN (1995) a educação é variável fundamental na determinação das habilidades cívicas capazes de viabilizar a participação. Em suma, com altos níveis educacionais, torna-se mais fácil desenvolver as capacidades comunicativas e organizacionais necessárias à atividade política.

---

<sup>60</sup>McCARTHY, John D.; ZALD, Mayer N. Op. cit, p. 536.

<sup>61</sup> O sentimento de eficácia política é uma variável obtida com a pergunta: quão difícil é para você formar uma opinião sobre assuntos políticos? 0 = muito difícil/1 = difícil/2 = nem difícil, nem fácil/3 = fácil/4 = muito fácil.



Em RIBEIRO e BORBA (2015), o efeito obtido da escolaridade na probabilidade de engajamento em protestos não autorizados<sup>62</sup> foi positivo e estatisticamente significativo para três países no contexto da América Latina: Brasil, Chile e Nicarágua. Em ARBACHE (2015), encontra-se o mesmo efeito positivo e estatisticamente significativo da escolaridade na participação em protestos de rua para a realidade brasileira, de modo que quanto maior a educação, maiores são as chances dos agentes em se envolverem com esse tipo de ação política. Consta ainda que o nível educacional é responsável pela desigualdade assistida na participação política não institucionalizada, e assim sugere que a atividade de protesto está essencialmente vinculada à uma elite com certa formação intelectual.

De fato, essa desigualdade socioeconômica na participação em protestos caracteriza o cenário latino-americano (RIBEIRO e BORBA, 2015; DALTON, SICKLE e WELDON, 2009). Desse modo, é possível generalizar para o continente que a atividade de protestar está vinculada sim a uma má distribuição de atributos político e cognitivos – os quais podem ser compreendido como produtos de oportunidades educacionais e financeiras – e de tributos coletivos – como a oportunidade de se associar à uma organização ou instituição, que será abordado a seguir.<sup>63</sup>

Essa desigualdade na ação política contestatória também é abordada por MARIEN, HOOGHE e QUINTELIER (2010)<sup>64</sup>. Para os autores, é certo que a participação não institucionalizada tornou o sistema político mais inclusivo na medida em que as mulheres e a geração mais jovem são os principais atuantes nessa modalidade de ação. Todavia, concluem que, para uma amostra de 25 países, formas contestatórias, tais como petições, boicotes e protestos, não são as melhores vias para inserir grupos menos educados no processo político. Debatem também sobre como, recentemente, os grupos com menores níveis de escolaridade se tornam cada vez mais alienados em relação ao ambiente político, o que resulta em votos polarizados e comportamentos extremistas, ou a falta completa da participação eleitoral.

ALST e WALGRAVE (2001) discutem a relação entre nível de escolaridade e participação em protestos para países da Europa Ocidental. A maior inclinação de grupos mais bem educados

---

<sup>62</sup> RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julia. Op. cit. p. 210.

<sup>63</sup> RIBEIRO, Ednaldo; BORBA, Julia. Op. cit. p. 212.

<sup>64</sup> MARIE, Sofie; HOOGHE, Marc; QUINTELIER, Ellen. Inequalities in Non-institutionalized Forms of Political Participation: A Multi-level Analysis of 25 countries. **Political Studies**, vol. 58, n. 1, p. 205-206, 2010.

para se envolverem em alguma associação de caráter político-social contrasta com a realidade de indivíduos com menores níveis de escolaridade. Os autores argumentam que estes possuem poucos recursos disponíveis para motivá-los a ingressar ou até mesmo a montar uma associação. Dessa forma, há um *gap* na participação política desses indivíduos caracterizado pela desigualdade educacional, o qual tende a se aprofundar, na medida em que esses grupos mais bem educados aumentam sua participação e influência, tornando a atividade de protestar cada vez mais elitista.<sup>65</sup>

O movimento espanhol *Indignados* mencionado anteriormente foi posto como exemplo para justificar a corrupção e a desconfiança nas instituições políticas como elementos determinantes na incidência de protestos. Entretanto, alguns estudos apontam para as características do público mobilizado no evento, de forma a também trazer luz à teoria dos recursos. CASTAÑEDA (2012), CALVO (2013) e ANDUIZA et al (2014) mencionam que a população impulsionadora dos protestos era majoritariamente formada por jovens altamente educados e desempregados, mobilizados, sobretudo, por mídias sociais, demonstrando ainda a importância do recurso das redes de internet para a ação coletiva contemporânea.<sup>66</sup>

#### 2.4.2 Teoria da mobilização de recursos: associativismo

O associativismo mencionado por ALST e WALGRAVE (2001) também é uma importante variável no estudo dos determinantes da participação política. A capacidade de associação é fator fundamental do capital social, conceito popularizado por PUTMAN (1994; 1995).<sup>67</sup> Para KLANDERMANS (2002)<sup>68</sup>, a identificação com um grupo é um dos principais elementos da psicologia social dos protestos. Tal identificação é compreendida pelo sentimento de vínculo atrelado a um grupo, cuja identidade é construída mediante a existência do outro – que pode ser uma instituição ou autoridade – responsabilizado pela injustiça e insatisfação. Dessa forma, não é uma mera identificação: corrobora o envolvimento afetivo do indivíduo nas redes de networking formadoras da ação coletiva.

---

<sup>65</sup> ALST e WALGRAVE. Op. cit. p. 466.

<sup>66</sup> Todas as referências citadas nesse parágrafo estão em PETERSON, Abby.; WAHLSTRÖM, Mathias.; WENNERHAG, Magnus. European Anti-Austerity Protests - Beyond "old" and "new" social movements? **Acta Sociologica**, vol. 58, no. 4, p. 297. 2015.

<sup>67</sup> ARBACHE, Guilherme. Op. cit. p. 57

<sup>68</sup> KLANDERMANS, Bent. How Group Identification Helps to Overcome the Dilemma of Collective Action. **AMERICAN BEHAVIORAL SCIENTIST**, vol. 45, no. 5, p. 887, 888, 889, 898. Janeiro, 2002.

Nesse sentido, a identificação com um grupo pode estar acima do sentimento de injustiça<sup>69</sup>, e ser tão relevante quanto a estrutura de custos e benefícios que o agente enfrenta no processo decisório de aderir ao movimento.<sup>70</sup> A relação recursiva entre identificação grupal e atividades de protestos é conclusão de KLANDERMANS (2002, p. 889), descrita pelo autor como: “(...) the more someone identifies with a group the more likely it is that he will participate in protest if he feels that his group is treated unjustly.”<sup>71</sup>

Todavia, para além dos elementos psicológico envolvidos na escolha de se associar à alguma instituição vinculada a algum movimento social, alguns estudos já expostos anteriormente – como em McCARTHY e ZALD (1977; 2001) – consideram que a atividade associativa necessita estritamente de recursos materiais para transformar suas demandas em ações. Existe ainda uma parte da literatura a qual discute que a iniciativa de se associar também tem vínculo com recursos individuais acumulados, como renda e educação (ALST e WALGRAVE, 2001).

#### **2.4.3 Teoria da mobilização de recursos: interesse por política**

“Interesse por política” é uma variável subjetiva constantemente utilizada para explicar protestos como mecanismo de participação. No estudo de ARBACHE (2015), “os coeficientes dessa variável são significantes no nível de 0,01% para quase todos os modelos de petição e protestos, e ao menos no nível de 0.05% para boicotes.” Em RIBEIRO e BORBA (2015), “interesse por política” foi estatisticamente significativa na atuação em protestos não autorizados para 11 países latino-americanos da amostra, incluso nessa análise o Brasil.

ARCHABE (2015) enfatiza o efeito mediador do “interesse por política” sobre a variável “participação”. Nesse sentido, disserta sobre o impacto indireto de outras variáveis na relação entre a cultura política – mensurada aqui, em certa medida, pelo interesse – e o engajamento político. Concede foco especial à variável “educação” na medida em que a escolaridade pode impactar o interesse dos indivíduos frente o ambiente político e, nessa perspectiva, influenciar na sua participação.<sup>72</sup> Parte interessante de seu trabalho é a conclusão de que o interesse influencia em

---

<sup>69</sup> KLANDERMANS, 2002, p. 888 apud MUMMENDEY et al, 1999.

<sup>70</sup> KLANDERMANS, 2002, p. 888 apud KELLY e BREINLINGER, 1996; KLANDERMANS, 2002, p. 888 apud SIMON et al, 1998.

<sup>71</sup> “(...) quanto mais alguém se identifica com um grupo mais suscetível está para participar de um protesto se sentir que seu grupo é tratado injustamente.” (Tradução nossa).

<sup>72</sup> ARBACHE, Guilherme. Op. cit. p. 10.

participações do tipo não convencionais – como os protestos – mas não exerceu efeitos significativos para a participação eleitoral.

No Brasil, a participação mediante o voto obrigatório pode não ser necessariamente pautada no interesse individual em relação ao debate público. Na literatura, há controvérsias acerca do suposto ciclo virtuoso em que a obrigatoriedade do voto traria maior consciência do ambiente político e, por conseguinte, maiores índices de participação, como exposto acima pelo próprio estudo de ARBACHE (2015). Nessa perspectiva, o sistema eleitoral com voto obrigatório pode tornar factível uma massa de indivíduos desinteressados que votam por costume – isto é, para manter a regularidade do Título de Eleitor – e os quais não estão necessariamente inseridos no debate político e nem o compreendem bem, sem inclusive crer que sua participação possa levar a transformações.

Em SCHOUSSMAN e SOULE (2005), a participação política na forma de protestos ocorre a partir de dois critérios: (1) pessoas que são recrutadas à participar – por meio de convites e redes de networking vinculadas ao associativismo – são mais propícias a se mobilizar e, conseqüentemente, (2) ser convidado a protestar requer um conjunto de recursos disponíveis, como a idade, o nível de escolaridade – e desta podemos inferir a importância da renda - e o nível de associação. Dessa forma, os autores concluem que jovens bem-educados, além de terem maiores chances de serem interessados politicamente, possuem maiores condições de se engajar junto às instituições dos movimentos sociais, e, assim, serem mais facilmente recrutados para a ação coletiva na forma de protestos.

Logo, é perceptível que os fatores socioeconômicos – renda e educação – interagem com a cultura política usufruída pelo indivíduo – isto é, sua capacidade de se associar e se interessar pelo debate público – de forma a consolidar certas relações sociais que viabilizam as oportunidades de participação (ARBACHE, 2015, p. 46; SCHOUSSMAN e SOULE, 2005). Essa conclusão retorna à problemática da desigualdade política já debatida anteriormente, corroborando mais uma vez a tese de que a atividade de protestos está vinculada aos interesses de uma elite. Consoante SCHOUSSMAN e SOULE (2005) “(...) the process of participating in protest is structured by the

appeal to do so. But appeals are not issued to all people equally; certain types of people are far more likely to be asked to protest than are others.”<sup>73</sup>

## 2.5 Teoria da estrutura de oportunidades políticas

A teoria da estrutura de oportunidades políticas é outro arcabouço teórico utilizado no estudo sobre os fatores determinantes da atividade contestatória. Tem um forte diálogo com a teoria da mobilização de recursos dado que também se apropria, de certa maneira, da compreensão acerca dos movimentos sociais como ações coletivas formadas por indivíduos racionais e participativos do processo decisório, os quais buscam mobilizar seguidores e promover suas causas utilizando-se das melhores estratégias, dada a estrutura limitada de recursos materiais e cognitivos<sup>74</sup>.

Para KITSCHOLT (1986, p. 58), os países experienciam diferentes estruturas de oportunidades políticas, as quais são influenciadas por distintas configurações de recursos, formações institucionais diversas e antecedentes históricos específicos. Todos esses fatores podem facilitar ou dificultar a atividade de protesto, assim como influem também na consolidação e no desenvolvimento dos movimentos sociais, dado o contexto político-geográfico considerado. Dessa forma, as diferentes estruturas políticas afetam então as estratégias de protestos adotadas e o impacto dos movimentos sociais no ambiente onde estes se desenvolvem, mesmo que compartilhem a mesma causa. Essa mesma conceituação para a teoria das oportunidades políticas é utilizada em MEYER (2004, p. 125), que coloca:

The ongoing interactions between challengers and the world around them determine not only the immediate outcomes of a social movement but also its development and potential influence over time. Over the past three decades, research that emphasizes the interaction of a social movement with its context has accumulated within the "political opportunity" or "political process" tradition.<sup>75</sup>

---

<sup>73</sup> “O processo de participar em um protesto é estruturado a partir do apelo de se envolver. Todavia, os recursos para tal não são distribuídos igualmente entre as pessoas: certas pessoas possuem maiores chances de serem convidadas a protestar do que outras.” (SCHOUSSMAN, Alan; SOULE, Sarah A. *Process and Protest: Accounting for Individual Protest Participation*. **Social Forces**, vol. 84, no. 2, p. 1098. Dezembro, 2005, tradução nossa).

<sup>74</sup> KITSCHOLT, Herbert P. *Political Opportunity Structures and Political Protest: Anti-Nuclear Movements in Four Democracies*. **British Journal Of Political Science**, vol. 16, no. 01, p. 59. Janeiro, 1986.

<sup>75</sup> “As interações contínuas entre os agentes e o mundo a sua volta determinam não somente o resultado imediato do movimento social mas também seu desenvolvimento e potencial influência no tempo. Nas últimas três décadas, pesquisas que enfatizam a interação entre os movimentos sociais com seus respectivos contextos foram inseridas na tradição das “oportunidades políticas” ou do “processo político.” (tradução nossa).

Em KITSCHOLT (1986), são três os principais canais pelos quais a estrutura de oportunidades políticas pode viabilizar ou dificultar a atividade de protestos. Em primeiro lugar, compreende-se a mobilização como dependente dos recursos coercitivos, normativos, remuneratórios e informacionais que o sistema sócio-político oferece, os quais podem ser utilizados em prol da atividade de protestos. Nesse sentido, materializar uma ação coletiva depende da capacidade de apelar para as normas socialmente estabelecidas e da coleta de informações que facilitem a compreensão acerca das queixas levantadas. Retornando ainda à teoria dos recursos, toda a apreensão desses fatores necessários perpassa pela capacidade financeira de disseminar ideias e informações sobre o movimento, instigando aderência. Nessa perspectiva, o autor pontua que em democracias do ocidente, recursos não violentos são cruciais para a emergência de protestos.

Em segundo plano, está o acesso da ação coletiva à esfera pública e ao processo de tomada de decisão, o qual geralmente é regido por regras institucionais consolidadas. Desse modo, a interação entre governo, grupos de interesse e normas eleitorais é fundamental, dado que é por meio desta que certas demandas são apreendidas e implementadas e os agentes da mobilização podem ser reconhecidos como atores políticos. Logo, essa interação tem o poder de facilitar ou impedir a institucionalização e legitimação das queixas levantadas e dos grupos mobilizados.

Finalmente, é posto que um movimento social possui oportunidades de incitar protestos na medida em que há o aparecimento e o desaparecimento de outras mobilizações. Dessa forma, supõe um “efeito mobilizador”, isto é, uma ação coletiva desencadeia e instiga a próxima, de tal maneira que o aparecimento simultâneo de vários movimentos contestatórios se torna a melhor oportunidade para alterar políticas estabelecidas.

Assim, é inevitável o vínculo dessa teoria com as especificidades dos regimes políticos implementados. Intuitivamente, é possível supor uma relação diretamente proporcional entre o regime político e a “abertura” da estrutura de oportunidades políticas, de maneira a possibilitar diferentes limites para a expressão dos movimentos sociais. Nesse sentido, regimes mais “fechados” seriam mais repressivos, regimes fortemente abertos teriam mais facilidade em assimilá-los e os intermediários permitiriam alguma articulação, com dificuldades de aderir

rapidamente às suas demandas.<sup>76</sup> Portanto, além da capacidade necessária à implementação de políticas públicas, a estrutura de oportunidades que um regime enfrenta também precisa ser receptiva às reivindicações sociais, de modo a determinar o desempenho geral em termos de política da mobilização.

São vários os fatores que interferem na abertura do regime político. Para KITSCHOLT (1986), a abertura está vinculada à quantidade de partidos inseridos no regime, de tal forma que quanto maior for o número de partidos, maiores são as dificuldades em centralizar decisões em torno de uma única linha de interesse, favorecendo a receptividade. Aponta ainda para a independência do legislativo frente ao executivo como elemento incitador de abertura, dada a sua maior sensibilidade em relação a agendas sociais. Outros fatores, como a intermediação mais plural e fluida entre grupos de interesse e o executivo, e a habilidade de não apenas reivindicar, mas também de agregar demandas, de forma a obter compromissos políticos e consensos, são enfatizados pelo autor.

Por outro viés, uma perspectiva interessante acerca da estrutura de oportunidades políticas em regimes mais fechados – ou seja, quando não é possível definir o regime adotado como democrático – e a emergência de movimentos sociais está em JOFFÉ (2011). Discute como os fatores essencialmente políticos são, de fato, os principais impulsionadores dos protestos que assolaram os países do Oriente Médio e do Norte da África, como o Egito e a Tunísia, em 2011, na onda de protestos que ficou conhecida como “Primavera Árabe”.

Para o autor, a origem da instabilidade social está na organização política que se instalou nesses países, as chamadas “autocracias liberalizantes”. A centralização do poder político foi combinada à uma espécie de liberdade parcial, sob forte fiscalização do Estado. Dada a falta de recursos de tais países para viabilizar uma autocracia plena, era necessário promover uma “ilusão formal de democracia”<sup>77</sup>, com o intuito de afastar qualquer possibilidade de um processo democrático genuíno. Nesse espaço de liberdades limitadas, foi possível a formação de movimentos sociais incipientes que deram vazão aos protestos.

---

<sup>76</sup> KITSCHOLT, Herbert P. Op. cit. p. 62.

<sup>77</sup> JOFFÉ, George. A Primavera Árabe no Norte de África origens e perspectivas de futuro. **Relações Internacionais**, no. 30, p. 30. Lisboa, junho, 2011.

Dessa forma, o que sobrou ao Estado foi promover concessões e realizar a “compra”<sup>78</sup> de protestos, mas isso só seria viável se a legitimidade do poder centralizado fosse de alguma forma reconhecida - o que, de acordo com o autor, foi o que ocorreu na Argélia e no Marrocos. Em países onde essa não era uma saída viável, houve a reivindicação de reformas políticas estruturais em algum grau - que foi o que aconteceu sem sucesso na Tunísia, e com algum sucesso no Egito.

## 2.6 As variáveis socioeconômicas: desigualdade de renda e desemprego

MULLER e SELIGSON (1994) abordam a importância de variáveis macroeconômicas, como a desigualdade de renda, para explicar os determinantes de um regime democrático sólido. A má distribuição dos recursos econômicos impacta negativamente os níveis de democracia, propondo então que fatores econômicos sistêmicos sejam mais relevantes no estudo sobre o que afeta as instâncias democráticas, de modo a contribuir para o escopo desse projeto pois fornece reflexões sobre o que poderia também desencadear instabilidade. Dissertam que,

High levels of income inequality are likely to produce either a high level of rebellious political conflict (Muller and Seligson 1987) or else the perception among elites of a threat of rebellious political conflict and lower-class revolution. Therefore, executive or military coups to quell mass rebellion and preserve elite privileges are likely to occur in countries with inegalitarian distributions of income that attempt to establish democracy.<sup>79</sup>

SOLT (2008)<sup>80</sup> chega a conclusões importantes sobre desigualdade de renda e participação política para países democráticos de renda alta ou renda média-superior. Maiores níveis de desigualdade de recursos reduzem os incentivos para se participar do processo político uma vez considerando-se os indivíduos de renda baixa. Para o outro extremo da amostra, não houve resultados estatisticamente significantes para nenhuma das variáveis independentes utilizadas – interesse por política, frequência com que as pessoas discutem política e participação eleitoral.

---

<sup>78</sup> Ibidem, p. 100

<sup>79</sup> “Altos níveis de desigualdade de renda são mais suscetíveis a induzir um alto nível de conflito político rebelde (MULLER e SELIGSON, 1987) ou então aumentam a percepção das elites sobre a ameaça de um conflito político rebelde ou sobre a possibilidade de uma revolução na classe baixa. Portanto, golpes executivos ou militares para preservar os privilégios da elite têm maiores chances de ocorrer em países com maior índice de desigualdade de renda, e que estão tentando estabelecer um regime democrático.” (MULLER, Edward N.; SELIGSON, Mitchell A. Op. cit., p. 647, tradução nossa).

<sup>80</sup> SOLT, Frederick. Economic Inequality and Democratic Political Engagement. *American Journal of Political Science*, Vol. 52, No. 1, p. 56, 57, 58. Janeiro, 2008.



Nessa perspectiva, o estudo sugere que alterações nos níveis de desigualdade de renda não parecem importantes para explicar alterações nessas variáveis quando se considera indivíduos de renda alta. Em outras palavras, a desigualdade de recursos não é um elemento sensível ao engajamento político dos mais ricos, quando se considera essas três variáveis de interesse. SOLT (2008) conclui a favor da chamada Teoria do Poder Relativo, que ratifica a relevância do acesso ao dinheiro para a participação política convencional. Dessa forma, os indivíduos mais ricos controlam o debate público, e tem o poder de centralizá-lo em torno de sua própria agenda, não só excluindo os mais pobres do processo político, como também convencendo-os de que o engajamento não vale os custos, pois suas demandas não serão acolhidas pela dinâmica instituída do ambiente político.

Tais conclusões tem relações interessantes com o presente trabalho. A Teoria do Poder Relativo tem certo vínculo com a Teoria da Privação Relativa, a partir da ideia exposta do horizonte do possível. Para ambas, a desesperança tem impactos profundos na decisão de participar politicamente, seja pela via contestatória seja pela via eleitoral. Se caso não houver o horizonte do possível, é suposto um contexto de conformidade - quase que uma naturalidade - diante da privação, não se traduzindo em revolta, e tal conformidade também se expressa para a falta de engajamento convencional, tendo seu cerne na desigualdade de renda. Entretanto, essa conformidade de forma alguma descreve os protestos de 2013 a 2016. O que poderia ter sido capaz de quebrar essa desesperança e esse cenário de inércia social e, assim, motivar a ida aos protestos, é o objetivo primeiro desse trabalho.

Outros possível vínculo é entre a Teoria do Poder Relativo e a Teoria dos Recursos, já mencionada. Logo, aparentemente, a participação política, tanto nas formas convencionais – pela participação eleitoral, como em SOLT (2008) – quanto nos métodos não convencionais – protestos e movimentos sociais – tem uma relação estrita com o acesso à recursos econômicos. Desse modo, há evidências do distanciamento dos mais pobres frente aos assuntos públicos, independente se o objetivo é contestar ou participar na forma que se convém. As desigualdades socioeconômicas

como limitadoras da participação política também são objeto de BEETHAN et al. (2008)<sup>81</sup> e DIAMOND e MORLINO (2005)<sup>82</sup>. Nesse sentido,

The assessment experiences have shown that political and legal equality must be complemented by the means for realizing social equality: the persistence of social and economic inequality constrains the ability of large numbers of people to take part in the public affairs of the country.<sup>83</sup>

Os motivos pelos quais a desigualdade de renda pode incentivar protestos ou outras ações coletivas contestatórias são vários. A relação entre a má distribuição de recursos econômicos e a insatisfação com a vida, também vinculada à teoria da privação relativa, é objeto de CHEUNG e LUCAS (2015). Para o contexto norte-americano, suas evidências mostram que a desigualdade de renda é um importante moderador para o *relative income effect*.

Nessa perspectiva, conforme os níveis de desigualdade de renda sobem regionalmente, as pessoas são mais fortemente influenciadas pela renda da sua vizinhança, de forma que as comparações interpessoais crescem em consonância com maiores níveis de desigualdade econômica, com impacto negativo na satisfação com a própria vida. A maior importância da renda relativa frente à renda absoluta para se compreender insatisfação é uma conclusão também de WOLBRING, KEUSCHNIGG e NEGELE (2013), além do resultado teoricamente esperado de que perdas de renda geram mais impacto sobre a satisfação com a vida do que ganhos.

Outro viés interessante envolvendo a desigualdade de renda como motor de movimentos contestatórios é a sua relação com questões de saúde pública, e como esta pode ser capaz de deteriorar o contexto político-social passível de ações coletivas. A causalidade entre desigualdade de renda e saúde pública é alvo de controvérsias, todavia, obras como PICKETT e WILKINSON (2014) e KONDO et al. (2009) dissertam sobre os impactos negativos da desigualdade de renda sobre a saúde da população e o bem-estar individual. Dentre suas evidências mais importantes, KONDO et al. (2009) afirma que,

---

<sup>81</sup> BEETHAN et al. **Assessing the quality of Democracy: a practical guide**. Suécia: International IDEA, 2008.

<sup>82</sup> DIAMOND, Larry Jay; MORLINO, Leonardo. **Assessing the quality of democracy**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 2005.

<sup>83</sup> “As experiências de avaliação têm mostrado que a igualdade política e jurídica deve ser complementada pelos meios passíveis de realizar a igualdade social: a persistência da desigualdade econômica restringe a capacidade de um grande número de pessoas de tomar parte nos assuntos públicos do país.” (BEETHAN et al. Op. cit. p. 298, tradução nossa.)

For instance, if the inequality-mortality relation is truly causal then the population attributable fraction suggests that upwards of 1.5 million deaths (9.6% of total adult mortality in the 15-60 age group) could be averted in 30 OECD countries by levelling the Gini coefficient below the threshold value of 0.3 (based on 2007 population).<sup>84</sup>

A possível relação entre variáveis como riqueza, desigualdade, pobreza e saúde foi testada para a América Latina no estudo de BIGGS et al. (2010), com a conclusão relevante de que os benefícios da riqueza para questões de saúde dependem fortemente de como aquela é distribuída. Apenas quando pobreza e desigualdade estão em queda ou constantes, variações positivas no PIB tem efeito positivo na expectativa de vida e impacto negativo na mortalidade infantil.<sup>85</sup>

O vínculo entre pobreza, saúde e atividades de protesto é tema de SRI B, SAROJINI N e KHANNA (2012): investigam a saúde materna e os direitos reprodutivos no contexto dos protestos que assolaram o distrito de Barwani, no centro da Índia, no ano de 2010. No Brasil, SANTOS (2013) aborda o Movimento Sanitário da década de 1970 como um importante impulsionador do Sistema Único de Saúde (SUS), conferindo uma análise que une questões de saúde pública com movimentos sociais.

Por outro viés, SCHOENE e ALLAWAY (2019) mencionam o efeito exatamente contrário da desigualdade de renda como impulsionadora de protestos: a má distribuição de recursos econômicos pode, na realidade, ser uma força redutora do potencial de atividades contestatórias, dado que retira as condições materiais das classes média e trabalhadora, dois grupos protagonistas em ações coletivas na forma de protestos. Assumem também a probabilidade de a desigualdade de renda não ter efeito sobre o comportamento de protestos pelo caráter estrutural dessa variável, que a torna tão complexa de ser materializada ou personificada. Citam em paralelo a opressão política a qual encontra facilidade nessa perspectiva.<sup>86</sup>

---

<sup>84</sup> “Por exemplo, se a relação desigualdade-mortalidade é verdadeiramente causal, então a fração atribuível da população sugere que mais de 1,5 milhão de mortes (9,6% da mortalidade total de adultos na faixa etária 15-60) poderiam ser evitadas em 30 países da OCDE nivelando o coeficiente de Gini abaixo do valor limite de 0,3 (com base na população de 2007).” (KOLDO et al. Income inequality, mortality, and self-rated health: meta-analysis of multilevel studies. **BMJ**, vol. 339, no. 4471, p. 7. Novembro, 2009, tradução nossa).

<sup>85</sup> BIGGS et al. Is wealthier always healthier? The impact of national income level, inequality, and poverty on public health in Latin America. **Social Science & Medicine**, vol. 71, p. 270-271. 2010.

<sup>86</sup> SCHOENE, Matthew; ALLAWAY, Isabel. INCOME INEQUALITY AND EUROPEAN PROTEST ACTIVITY. **Michigan Sociological Review**, vol. 33, p. 80. 2019.

Considerando-se o efeito da desigualdade de renda sobre a incidência de protestos, é necessário recapitular certas ressalvas já apontadas pela literatura. Inicialmente, fatores regionais são, geralmente, mais importantes do que fatores a nível nacional para explicar desigualdade em contextos como a União Europeia (SCHOENE e ALLAWAY, 2019, p. 80 apud BONESMO FREDRIKSEN, 2012) ou como os Estados Unidos. No estudo já mencionado anteriormente, de CHEUNG e LUCAS (2015), o efeito da renda relativa é testado para condados norte-americanos, uma mensuração a nível regional.

Com a emergência da era globalizada, torna-se cada vez mais comum que diferentes regiões dentro de um mesmo país apresentem graus de desenvolvimento distintos, possibilitando o surgimento de economias e de sociedades divergentes na realidade de uma mesma nação. Esse contexto pode ser estopim para conturbações sociais na medida em que essa desigualdade entre comunidades – a nível regional – pode causar discórdia sobre a distribuição de bens públicos, por exemplo. A questão acerca de como essas divergências estruturais na esfera regional influenciam diferentes níveis de atividade em protestos ainda é pouco estudada pelo âmbito acadêmico.<sup>87</sup>

A literatura sugere ainda que apenas em situações extremas e excepcionais, isto é, quando a desigualdade de renda é excessiva, esta é realmente capaz de impulsionar atividade de protestos<sup>88</sup>. Em contraponto, situações específicas do estado da economia, como quando se considera uma recessão, podem ser mais relevantes para explicar ações coletivas contestatórias. Em consonância com argumentos a favor da insatisfação, QUARANTA (2016) acha uma relação robusta entre as condições econômicas objetivas, as avaliações subjetivas sobre a economia europeia e os movimentos de protestos, entre os anos 2000 e 2014. Desse modo, fatores como desemprego em massa e falências contínuas, os quais levam a sucessivos choques de demanda e de oferta, combinados à perda de poder de compra, pelo congelamento de salários e pensões e aumento de impostos, são elementos contextuais que podem se sobrepor à questão isolada da desigualdade de renda.

De fato, SCHOENE e ALLAWAY (2019) chegam a resultados desalentadores sobre a relação entre desigualdade de renda e atividade de protestos. A desigualdade a nível nacional parece ser mais relevante, e, portanto, os resultados indicam que há mais implicações para o

---

<sup>87</sup> Ibidem, p. 80.

<sup>88</sup> SCHOENE, Matthew; ALLAWAY, Isabel, op. cit., p. 81.

comportamento de protestos quando se considera a desigualdade vivida nacionalmente. De todo modo, os autores enfatizam que os resultados não podem ser generalizados para a Europa, pois utilizam uma amostra reduzida de países. Ademais, concluem que a desigualdade, tanto para o nível regional quanto para o nacional, possui um fraco impacto na probabilidade de participação em protestos.

Outra importante variável a nível macroeconômico capaz de gerar conturbações é o desemprego. A máxima de que pessoas sempre valoram mais as perdas do que os ganhos está no trabalho de WOLBRING, KEUSCHNIGG e NEGELE (2013) e é fundamental para compreender a insatisfação gerada pelo desemprego. Isso porque, consoante os autores, o efeito negativo da perda de um emprego é mais substancialmente sentido pelo indivíduo do que o efeito de ser reinserido no mercado de trabalho<sup>89</sup>. Assim, uma situação de crise caracterizada pelo desemprego em alta se configura como um cenário plausível de estimular ações coletivas tais como protestos, boicotes e petições.

Nessa perspectiva, torna-se essencial citar a emergência dos chamados novos ou novíssimos movimentos sociais, os quais surgem no período imediatamente posterior à crise de 2008, tendo sua atividade se aprofundado no ano de 2010. Tais movimentos se materializaram na Europa, possuindo repercussões internacionais, de modo a atingir a realidade norte-americana, com o movimento *Occupy Wall Street* e podendo-se ainda citar, para esse contexto aqui mencionado, a eclosão da Primavera Árabe, em 2011.

A relação sensível dos protestos com o desemprego é fruto do descontentamento para com as políticas de austeridade fiscal implementadas nos países europeus como forma de lidar com a crise financeira global de 2008. Nesse sentido, a desregulamentação do mercado de trabalho e a precarização das condições laborais tornam-se elementos estimuladores da insatisfação e pontos chave na compreensão da onda de manifestações. A literatura também menciona a importância de valores pós-materialistas como parte do argumento para a ocorrência dos protestos, os quais podem ser entendidos como uma luta por senso de justiça global, igualdade socioeconômica e

---

<sup>89</sup>WOLBRING, Tobias; KEUSCHNIGG, Marc; NEGELE, Eva; Needs, Comparisons, and Adaptation: The Importance of Relative Income for Life Satisfaction. **European Sociological Review**, vol. 29, no. 1, p. 98. 2013.

reivindicações em prol do bem-estar social, contexto sintetizado no conceito de “compromisso igualitário” de SCHWARTZ (2007)<sup>90</sup>.

Esses novíssimos movimentos sociais possuem características próprias em sua estrutura, sendo considerados um processo de fusão entre os antigos movimentos sociais – entendidos como as mobilizações da classe operária – com as formas contemporâneas de associação. É certo que sua influência pós-materialista, principalmente no que toca às questões de distribuição de recursos e igualdade social e econômica, é influência dos já citados novos movimentos sociais das décadas de 1960 e 1970, relevantes para contextualizar a estruturação dessas motivações metapolíticas<sup>91</sup>, que são pautas fundamentais nas mobilizações contemporâneas do início dos anos 2000. Nesse sentido, consoante PETERSON, WAHLSTRÖM e WENNERHAG (2015),

Among the contemporary anti-austerity protests we find both mobilizations of the 'old' social movements along with apparently new groups of protesters, mobilized in novel ways and sometimes using new repertoires of action. The European anti austerity movement is an amalgam of protests from what are commonly designated as the 'old' social movements, sic the labour movement, and from the so-called 'new' social movements.<sup>92</sup>

Os protestos europeus antiausteridade concentraram então um público majoritariamente jovem e altamente educado, consolidando uma massa de desempregados e de trabalhadores considerados “precários”<sup>93</sup>. Possuem mecanismos de atuação próprios, que podem ser descritos, conforme CAMPOS LIMA e MARTIN ARTILES (2014), pelos seus métodos organizacionais e de ação tidos como horizontais e flexíveis, fortemente caracterizados pelo uso da tecnologia e das redes sociais. Por horizontalidade e flexibilidade depreende-se o seu caráter heterogêneo de atuação, sem representar ao certo um movimento ou uma classe, de viés essencialmente fusionado, em que pautas antigas, isto é, típicas de mobilizações – como a causa trabalhista – se misturam

---

<sup>90</sup>CAMPOS LIMA, Maria da Paz; MARTIN ARTILES, Antonio. Op. cit. p. 144.

<sup>91</sup>CAMPOS LIMA e MARTIN ARTILES (p. 138, 2014) definem motivações metapolíticas como aquelas “relacionadas com o grau de insatisfação com o funcionamento da democracia e com a ausência de respostas do sistema político aos problemas econômicos e sociais”.

<sup>92</sup>“Entre os protestos anti-austeridade contemporâneos, encontramos tanto mobilizações dos “velhos” movimentos sociais como grupos aparentemente novos de manifestantes, mobilizados de maneiras novas e às vezes usando novos repertórios de ação. O movimento europeu anti-austeridade é um amálgama de protestos daqueles que são comumente designados como os ‘velhos’ movimentos sociais, como o movimento operário, e dos chamados ‘novos’ movimentos sociais.” (PETERSON, Abby.; WAHLSTRÖM, Mathias.; WENNERHAG, Magnus. Op. cit. p. 294. 2015).

<sup>93</sup> CAMPOS LIMA, Maria da Paz; MARTIN ARTILES, Antonio. Op. cit. p. 143.

com debates recentes, de perspectivas diversas, abordando desde temáticas humanitárias a agendas de cunho sociológico/filosófico.

A importância do movimento trabalhista para os protestos antiausteridade e, sobretudo, a união deste com aqueles mobilizados sem associação formal com os sindicatos é tópico discutido por PETERSON, WAHLSTRÖM e WENNERHAG (2015). Para os autores, essa associação pode ser compreendida à luz da tese de CISAR (2013), sob o termo de *Episodic Mass Mobilization*, em que não há o amparo claro de uma organização formal, materializando também os conceitos de horizontalidade e flexibilidade mencionados anteriormente. Essa análise do contexto dos protestos, que se fizeram presentes não só na Europa como também nos Estados Unidos, parece descrever também o cenário nacional, principalmente no que se refere às Jornadas de Julho. Definem

Episodic mass mobilizations are those rare short-term protest events with large numbers of participants. These types of protest events are not originally organized by formal organizations or professional activists, nor do they, according to Cisar, give rise to a new organizational infrastructure. They disappear as quickly as they appear. Their transactional capacity<sup>94</sup> is consequently low. This model is 'based on many participants, no organizations and very few events.'<sup>95</sup>

O conceito de *Episodic Mass Mobilization* descreve fenômenos de protestos como o movimento Occupy Wall Street, nos Estados Unidos, com desdobramentos importantes no resto do mundo, como o Occupy London e o Occupy Canada. De fato, os acontecimentos de 2013 são tidos como pertencentes a essa onda de protestos da primeira década do século XXI. O movimento Occupy Wall Street, com suas origens neoanarquistas (TAYLOR, 2013; SHEPARD, 2012) e severamente afetado pela crise de 2008, não possuía sua organização pautada numa liderança bem

---

<sup>94</sup> “A dimensão transacional alude à capacidade das organizações e ativistas individuais de entrar em transações - networking, cooperação e comunicação - com outros atores não estatais, bem como representantes de instituições formais.” (PETERSON, Abby.; WAHLSTRÖM, Mathias.; WENNERHAG, Magnus, op. cit, p. 295, tradução nossa).

<sup>95</sup> “Mobilizações episódicas em massa são aqueles raros eventos de protesto de curto prazo com um grande número de participantes. Esses tipos de eventos de protesto não são originalmente administrados por organizações formais ou ativistas profissionais, nem, segundo o Cisar, dão origem a uma nova infraestrutura organizacional. Eles desaparecem tão rápido quanto parecem. Sua capacidade transacional é, conseqüentemente, baixa. Este modelo é "baseado em muitos participantes, sem organizações e muito poucos eventos." (PETERSON, Abby.; WAHLSTRÖM, Mathias.; WENNERHAG, Magnus, op. cit, p. 295, tradução nossa).

estruturada, mas sim foi caracterizado por bases heterogêneas e pluralistas, com ênfase em métodos de ação política direta<sup>96</sup>.

Seu alicerce argumentativo estava na insatisfação perante o Distrito Financeiro de Wall Street e à atuação das grandes corporações, sendo a má distribuição de riqueza nos Estados Unidos pauta fundamental materializada no slogan “We’re the 99%”. Era referente não só à desigualdade socioeconômica mas também ao descontentamento diante da crença de que a massa empobrecida seria aquela “a pagar” pelos erros da ínfima parcela mais rica da população de 1%.

A campanha “Não vou pagar o Pato” – símbolo do impeachment de Dilma Roussef e dos protestos entre 2015 e 2016 – pode ser interpretada como um elemento análogo ao slogan de Wall Street, na medida em que representou a insatisfação popular diante da estratégia de aumento da carga tributária para lidar com a crise econômica de 2014. Fruto do descontentamento diante da corrupção, também se concretiza como um sentimento limítrofe compartilhado socialmente de que as consequências de erros políticos e econômicos da classe alta e da classe política são repassadas à população, aquela que possui menos recursos e se vê mais debilitada diante de uma crise.

A desregulamentação e a terceirização do trabalho assim como a desindustrialização conduzida pelas políticas neoliberais<sup>97</sup>, imputadas, inclusive, no pós-2008, são também fatores chave para se compreender o movimento Occupy Wall Street. As condições trabalhistas têm especial relação com o movimento estudantil, um expoente fundamental às mobilizações nos Estados Unidos e em Londres, por exemplo. Na América do Norte, os estudantes se mesclaram ao movimento com as sucessivas restrições fiscais por que passaram as universidades com a crise financeira de 2008. Nesse sentido, as legislaturas estaduais imputaram severos cortes orçamentários, afetando diretamente o financiamento estudantil para a educação superior, o que foi combinado com aumentos nas mensalidades e privatizações de universidades públicas.

Nessa perspectiva, a deterioração do ensino superior gerou severas conturbações, na medida em que os estudantes se viram responsabilizados pelas consequências da crise causada pelo sistema financeiro, desencadeando enorme insatisfação. O vínculo sensível com o movimento trabalhista está na imagem do endividamento estudantil para financiar a formação superior. Dessa forma, além

---

<sup>96</sup> TAYLOR, Blair. From alterglobalization to Occupy Wall Street: Neoanarchism and the new spirit of the left. *CITY*, vol. 17, no. 6, p. 745. Dezembro, 2013.

<sup>97</sup> TAYLOR, Blair. Op. cit, p. 729.



de super endividados mediante contratação de grandes empréstimos, os estudantes enfrentaram dificuldades de se inserir no mercado de trabalho em ocupações bem pagas, situação agravada pelo perecimento das condições laborais.

Essa situação aparentemente contraditória em que jovens altamente educados se encontram em uma posição delicada e enfraquecida diante do mercado de trabalho - mesmo possuindo elevadas qualificações - descreve o movimento Occupy de caráter estudantil que se desenvolveu no Reino Unido. De acordo com BERGFELD (2016), a situação dos estudantes britânicos é bem descrita por

The rapid rise of zero-hour contracts under the Conservative–Liberal Coalition, the unprecedented growth of low-paid or unpaid internships among university graduates, and the highest rates of youth unemployment since the Thatcher years exemplify how precarity affects Great Britain’s students and young people.<sup>98</sup>

A disseminação do acesso ao ensino superior possibilitou uma mão de obra altamente qualificada mas, simultaneamente, tornou-a abundante, enfraquecendo sua posição no mercado de trabalho. Soma-se ainda o fato de que essa força de trabalho relativamente nova sofre dificuldades de organização e representatividade, já que não dialoga tão bem com os propósitos dos partidos políticos e das uniões sindicais tradicionais.<sup>99</sup> Esse contexto é bem caracterizado pela emergência das chamadas formas não padronizadas de trabalho autônomo<sup>100</sup> entre as gerações mais novas, de modo a substituir as profissões liberais – engenheiros, médicos e advogados, por exemplo.

Desse modo, essas novas ocupações, que demanda um elevado grau de expertise, são fruto da chamada economia criativa, e podem ser representadas pelas áreas de design, webdesign, webmasters e as diversas consultorias, como consultoria de relações públicas, de imagem etc.

---

<sup>98</sup>“O rápido aumento dos contratos de hora zero [contratos de trabalho intermitente] sob a coalizão Conservador-Liberal, o crescimento sem precedentes de estágios mal remunerados ou não pagos entre os graduados universitários e as maiores taxas de desemprego juvenil desde os anos Thatcher exemplificam como a precariedade afeta estudantes e jovens da Grã-Bretanha.” (BERGFELD, Mark. You’re Either a Flower in the Dustbin or the Spark That Lights a Fire: On Precarity and Student Protests. In: GUPTA, S.; HABJAN, J.; TUTEK, H. **Academic Labour, Unemployment and Global Higher Education**. Londres: Palgrave Macmillan, 2016, p. 205, tradução nossa).

<sup>99</sup> BERGFELD, Mark. Op. cit. p. 206-207.

2. <sup>100</sup>MINGIONE, Enzo et al. Non-Standard Professional Workers and the Demand of Representation: Do Knowledge Workers Need Collective Organizations? XVIII ISA World Congress of Sociology, p.1-2 Julho, 2014.

Assim, o que está por trás dessas novas condições laborais é o elevado grau individualizante por natureza (BERGFELD, 2016 apud SENNET, 1998, p. 208) afastando cada vez mais o trabalhador dessa configuração tradicional de ação coletiva e institucionalizada, reguladora das relações trabalhistas. Para MINGIONE et al (2014), tal contexto é consequência da desilusão dos novos profissionais no mercado frente o funcionamento do regime político e o método de organização sindical, além das mudanças fundamentais pelas quais passou a identidade dos trabalhadores, um grupo social cada vez mais heterogêneo.

Essa nova força de trabalho é ainda empregada mediante contratos “temporários”, “casuais” e/ou “flexíveis” (BERGFELD, 2016; MINGIONE et al, 2014), consolidando insegurança e vulnerabilidade no ambiente de trabalho. Para BERGFELD (2016) as mudanças nas relações trabalhistas vêm em conjunto com a reorganização da produção, na imagem dos métodos de manufatura enxuta e da cadeia de abastecimento estendida, além da prática de terceirização e do agendamento *just-in-time*<sup>101</sup>, de modo a precarizar ainda mais as condições trabalhistas.

## **2.7 Utilizando as mídias sociais para analisar protestos: estudos anteriores**

O impacto das redes sociais na participação política, mais especificamente nos métodos não convencionais de ação, é um campo de estudos recente e promissor na literatura. De fato, a crescente popularidade do uso das mídias sociais – como o Facebook, Twitter ou Instagram – conferem novos meios para debate e acesso à informação. Nesse sentido, para VALENZUELA (2013), o espaço inerentemente democrático possibilitado pelas mídias é uma ferramenta importante para a expressão de certas formas de ativismo e para a atividade de protestos.

De acordo com o autor, o mecanismo que justifica o impacto positivo das mídias na participação em protestos não é o consumo de notícias, mas sim a utilização do espaço virtual para se unir a causas e expressar opiniões pessoais. Dessa forma, o maior acesso informacional possibilitado pelas redes não é fator condicionante, mas sim o modo como as pessoas percebem e entendem essas informações. Essa aceção necessita de redes interativas para que se torne mobilização – o compartilhar é fundamental. Tal entendimento recapitula CHANG e PARK

---

<sup>101</sup> BERGFELD, Mark. Op. cit. p. 208.

(2020)<sup>102</sup>, na medida em que ratifica os usuários de mídias sociais como agentes ativos na criação de informações de cunho político, de maneira que não podem ser compreendidos como meros consumidores passivos.

Dessa maneira, é possível argumentar que as mídias sociais reduzem os custos da ação coletiva e facilitam a organização de um movimento em prol de uma causa, ao reunir vozes para a reivindicação pública de queixas. Entretanto, VALENZUELA (2013) enfatiza como a realidade tecnológica das redes pode ser um novo elemento fomentador de desigualdade, uma vez que o acesso à internet pode estar restrito à população de maior capital humano, social e econômico, em especial no cenário chileno, país central de sua análise – e com links interessantes para o contexto brasileiro.

Outra perspectiva interessante sobre o efeito positivo das mídias na incidência de protestos está em WILSON e DUNN (2011), considerando o contexto da Revolução Egípcia, durante a Primavera Árabe, em 2011. Apesar das dificuldades empíricas e da falta de resultados mais nítidos, é posto que o Twitter foi uma rede ativa e bem-sucedida na mobilização de uma audiência internacional em prol da Revolução. Essa conclusão tem especial importância considerando o baixo acesso da população egípcia a recursos virtuais<sup>103</sup>, consolidando então o poder expressivo de uma real minoria de protestantes em organizar uma rede de suporte transnacional à causa.

Apesar dos estudos supracitados se situarem nos pontos positivos, o debate acadêmico está centrado em dois possíveis efeitos da interação entre mídias e movimentos sociais: (1) as mídias criam espaços que se configuram em uma nova esfera pública capaz de incitar participação; (2) a tecnologia, na realidade, facilita a polarização política. A perspectiva da esfera pública, que corrobora essa visão mais otimista, discute sobre como a internet possibilita uma troca interpessoal caracterizada pela alta disponibilidade informacional e pela interseccionalidade de ideologias, proporcionando então que os agentes entrem em contato com diferentes pontos de vista. Desse

---

<sup>102</sup> CHANG, Kiyong; PARK, Jeeyoung. Social Media Use and Participation in Dueling Protests: The Case of the 2016–2017 Presidential Corruption Scandal in South Korea. *The International Journal of Press/Politics*, p. 3. 2020.

<sup>103</sup> Os autores pontuam que, ao discutir qualquer situação de ativismo virtual no Egito, é necessário considerar que o país tem um índice de 16,8% em termos de acesso à internet (WILSON e DUNN, 2011, p. 1270).

modo, a esfera pública promove o engajamento de diferentes discursos e empodera grupos socialmente marginalizados.<sup>104</sup>

Por outro viés, alguns acadêmicos dessa linha de pesquisa afirmam que as mídias sociais possuem papel fundamental na polarização política. Por essa perspectiva, os espaços virtuais facilitaram a segregação e o tratamento hostil entre as pessoas. O funcionamento via algoritmos das redes possibilitou a personalização do conteúdo oferecido, de tal forma que as pessoas ficam em contato majoritário com suas preferências, e compartilham quase que exclusivamente com pessoas que possuem a mesma visão de mundo. Dessa forma, estimula-se o chamado “viés de confirmação”, quando o consumo informacional se torna enviesado e, nesse sentido, suscetível a confirmar crenças e hipóteses iniciais (HALBERSTAM e KNIGHT, 2014; LELKES et al, 2012; DYLKO, 2015; CHANG e PARK, 2020).

Em suma, o campo de pesquisa defensor das mídias sociais como facilitadoras da atividade de protestos lista alguns mecanismos que explicam essa tese: (1) a plataforma das redes favorece a comunicação entre apoiadores e o público em geral, além de diversificar o repertório de ação dos movimentos sociais e (2) as mídias permitem a redução dos custos de participação e dispersam facilmente informações, cooptando manifestantes em potencial. Por outra perspectiva, apesar do espaço virtual ter relevância para o engajamento em protestos, também pode atuar como descentralizador da organização do movimento, de forma a dificultar a sensibilização do governo em torno de suas demandas pela incapacidade de delimitar consensos.<sup>105</sup> Além, é claro, da polarização proporcionada pelas redes, que compromete o debate público ao alienar as pessoas, tornando-as hostis e intolerantes para com a diversidade de opiniões. Esse contexto merece atenção especial devido ao alastramento de desinformação – as chamadas *fake news* – que tem por base a crescente polarização ideológica e a onda autoritária, as quais caracterizam fortemente a geopolítica atual.

De fato, em CHANG e PARK (2020), há evidências de uma relação recíproca entre o uso de mídias sociais e um ambiente politicamente polarizado. No contexto do escândalo de corrupção que assolou a Coréia do Sul nos anos 2016 e 2017, os autores afirmam que a relação entre participação nos protestos e uso político das redes não possui uma direção unilateral: os protestos

---

<sup>104</sup> CHANG, Kiyoung; PARK, Jeeyoung. Op. cit. p. 3. 2020.

<sup>105</sup> CHANG, Kiyoung; PARK, Jeeyoung. Op. cit. p. 5-6. 2020.

induziram o debate online e, simultaneamente, o debate online promoveu o engajamento em protestos.

Algumas redes sociais são enfatizadas pela literatura no estudo da participação política contemporânea, como o Twitter e o Facebook. Contrariamente às argumentações hipotéticas que sustentam as redes como facilitadoras de mobilização, o Twitter parece ter um papel mais informacional, com características comunicativas voltadas para a expressão de opiniões e debate político, de tal forma que alguns estudos não o sustentam como uma plataforma utilizada para fins organizacionais, não havendo, assim, poder contundente de mobilização (THEOCHARIS et al, 2015).

Dessa forma, essa compreensão das redes do Twitter restrita ao suporte comunicativo não pode consolidá-lo como alterador do processo que organiza e coordena ações coletivas, sendo difusa a relação do uso dessa mídia com a materialização da participação política em forma de protestos. Esses resultados foram obtidos para os movimentos Occupy, no contexto dos Estados Unidos (Occupy Wall Street), da Espanha (Indignados) e da Grécia (movimento Aganaktismenoi), no estudo de THEOCHARIS et al (2015).

O papel do Twitter como mobilizador também está no estudo de VALENZUELA, CORREA e DE ZÚÑIGA (2017) e possui certas intermediações com a argumentação de THEOCHARIS et al (2014). Concluem que a atividade nessa mídia está restrita à *comunicação de laços fracos*, reiterando seu caráter majoritariamente informacional e comunicativo, dada sua estrutura de rede mais limitada e heterogênea. Apesar de imputarem essas características à forma operacional do Twitter, não excluem a influência que tal método interativo possa ter na mobilização. Em contrapartida, estudam também o Facebook como alternativa ao Twitter, com possibilidade maior do uso da *comunicação de laços fortes*.

Em VALENZUELA, CORREA e DE ZÚÑIGA (2017) essa última interação é designada pela capacidade de prover a pressão social e o reforço necessários no engajamento de atividades de alto custo em termos de tempo e oportunidades, como são os protestos de rua. Dessa forma, sua estrutura operacional é mais forte e efetiva na consolidação de ações coletivas desse tipo. Sugerem uma justificativa para essa diferenciação entre Twitter e Facebook: o funcionamento do Facebook

permite mensagens mais longas em que é possível uma maior aproximação emocional entre as pessoas. Desse modo, facilita uma ponderação melhor sobre o valor da mensagem recebida.<sup>106</sup>

A composição dos grupos atuantes nas redes também é alvo de controvérsias na literatura. Estudos como o de TREMAYNE (2014) afirmam que sem o Twitter o movimento Occupy nos Estados Unidos não poderia ter ocorrido e seu desenvolvimento necessariamente pressupõe a conexão de grupos heterogêneos, aproximados pelos sentimentos comuns de injustiça social e desespero por mudanças. Por outro viés, THEOCHARIS et al (2014) concluem exatamente o oposto: além de não encontrarem respaldo para a força mobilizadora da rede, sugerem que as pessoas inseridas no debate sobre o movimento Occupy no Twitter não são exatamente um grupo heterogêneo, mas sim consiste em um coletivo altamente interconectado com interesses pré-existentes no contexto político doméstico.<sup>107</sup>

Os sentimentos compartilhados socialmente diante de um contexto ou de uma causa podem ser igualmente fundamentais à iminência de protestos, e estabelecem vínculos com a Teoria da Privação Relativa e com a importância de queixas mobilizantes. Esse entendimento tem elo interessante com o estudo de ALST e WALGRAVE (2001): os autores sugerem que a real causa mobilizadora de protestos pode ser o contexto específico em que estes eclodem, considerando todos os aspectos emocionais que caracterizam o momento anterior e o momento presente da ação coletiva. As redes sociais têm relevância nesse aspecto pois fornecem dados passíveis de viabilizar uma análise de sentimentos via tweets ou postagens.

A importância dos sentimentos para se compreender protestos é também enfatizada por TRAYMANE (2014) no cenário do Occupy Wall Street: para o autor, os aspectos emocionais do diálogo assistido no Twitter, antes e durante o movimento, são forças mobilizadoras. Para o contexto brasileiro por exemplo, o estudo de CALDERON et al (2015) traz evidências para a Teoria da Privação Relativa para os protestos de 2014, cujo tema central era a Copa do Mundo Fifa daquele mesmo ano. Por meio de uma análise de sentimentos, os autores concluem que a maior parte dos

---

<sup>106</sup> VALENZUELA, Sebastián; CORREA, Teresa; DE ZUÑIGA, Homero Gil. Ties, Likes, and Tweets: Using Strong and Weak Ties to Explain Differences in Protest Participation Across Facebook and Twitter Use. **Political Communication**, p. 13. Agosto, 2017.

<sup>107</sup> THEOCHARIS, Y. et al. Using Twitter to mobilize protest action: online mobilization patterns and action repertoires in the Occupy Wall Street, Indignados, and Aganaktismenoi movements. **Information, Communication and Society**, vol. 18, no. 2, p. 217. 2015.

tweets negativos analisados expressavam conteúdos de sentimentos fortes – raiva, nojo e descontentamento – diante dos gastos empenhados para viabilizar o evento.

O sentimento de privação pôde ser reconhecido pelo conteúdo analisado, que também corrobora uma noção de “nós contra eles”: o “Povo Brasileiro” como alvo de desvantagens e negligências diante da escolha de gastos públicos executados pelo governo. Nesse sentido, os vários problemas estruturais do país – relativos à saneamento/qualidade da água, educação, saúde, transporte, violência policial, ameaça de aumento de impostos e inflação – foram materializados nos tweets e contrastam com a aparente incongruência de se financiar uma Copa.

Segundos os autores, a análise dos tweets explica também alguns sentimentos negativos como o aumento da desconfiança e da percepção sobre corrupção desenfreada. Em outras palavras, o efeito emocional impulsionador de protestos era resumidamente explicado pela sensação popular de que a classe política estaria, de alguma forma, se beneficiando – ou pelo menos não sofrendo – com as escolhas de despesas do governo, além é claro da descredibilidade das promessas feitas que tomavam por base a verba empreendida nesses gastos.<sup>108</sup>

## 2.8 Conclusões e mapeamento teórico

Pela análise teórica até aqui exposta é possível então concluir, hipoteticamente e para o contexto contemporâneo, que o engajamento em protestos é fruto da interação de três pontos centrais: (1) insatisfação e queixas perante uma situação específica ou em defesa de uma causa; (2) acesso a recursos, sejam eles subjetivos – como o interesse por política – ou objetivos – como renda e educação – enfatizando ainda que existe uma relação intrínseca e um debate extenso sobre a causalidade dessas variáveis; (3) acesso ao ambiente virtual e às mídias sociais. Nessa perspectiva, por meio dessas formulações hipotéticas, esse trabalho busca investigar a existência de queixas e sentimentos centrais no exercício das mobilizações entre 2013 e 2016 por meio das mídias sociais. Tenta assim contribuir para a literatura com novas compreensões sobre o público mobilizado à época e o que instiga o brasileiro a ir às ruas.

---

3. <sup>108</sup> CALDERON et al. Mixed-Initiative Social Media Analytics at the World Bank. **2015 IEEE International Conference on Big Data (Big Data)**. Santa Clara, CA, 2015, p. 1683.

No tocante à teoria da estrutura de oportunidades políticas, é possível pensá-la como uma formulação teórica que busca compreender não só a materialização da ocorrência de protestos, mas também a forma como estes se desenvolvem e promovem mudanças no contexto político de cada país. Desse modo, haveria uma interação recíproca entre o ambiente e a atividade de protestos: a organização político-social permite a ocorrência de protestos e, simultaneamente, os protestos podem mudar essa organização político-social. Assim, percebe-se uma relação importante entre a abertura de um regime e a probabilidade de ocorrência de mobilizações.

Nesse sentido, dependendo da estrutura de oportunidades políticas consolidada em cada país, os protestos podem ser uma via comunicativa importante entre a população e os governantes e tomadores de decisão, de tal forma que norteiam a formulação de políticas públicas para atender às demandas de determinado movimento social. Observa-se que essa estrutura historicamente construída é importante para viabilizar protestos, reconhecer as queixas e demandas, formular políticas e executá-las de forma eficiente. Logo, as oportunidades políticas tornam-se também fundamentais para compreender a influência das causas mobilizadoras no tempo, e como a sua interação com estas mesmas causas promovem mudanças estruturais na realidade social em questão.



**Figura 1 - Mapeamento teórico:** teorias sobre os determinantes dos protestos



**Fonte:** elaboração própria.

### **3 BUSCANDO DETERMINANTES PARA PROTESTOS NA SOCIEDADE BRASILEIRA**

#### **3.1 METODOLOGIA**

O estudo visando obter possíveis determinantes para a eclosão de protestos em contexto brasileiro foi conduzido por meio da criação de variáveis latentes – chamadas de dimensões – a partir de uma análise fatorial exploratória. Os dados foram obtidos a partir da plataforma *Google Trends*, que fornece o nível de interesse por determinado termo de pesquisa a partir das buscas do Google. As palavras-chave extraídas foram: pannelaço, manifestação, protestos, vinte centavos, corrupção, Dilma Rousseff, Eduardo Cunha, impeachment, Lula, passe livre, plebiscito, Sérgio Moro, violência policial, Movimento Passe Livre (MPL), padrão FIFA e antipetismo.

O método da análise fatorial exploratória foi optado pela quantidade excessiva de palavras escolhidas para expressar possíveis determinantes de protestos. O objetivo foi reduzir o alto número de variáveis correlacionadas entre si, agrupando-as em uma mesma dimensão, de forma a gerar um fator com perda mínima de informação. É relevante enfatizar que os fatores procuram resumir o que as variáveis expressam, e não conceber um novo conceito a partir da interação dos termos escolhidos. A exploratória foi preferida ante a confirmatória porque as variáveis captadas geraram os fatores. Logo, não é objetivo desse trabalho confirmar a alocação adequada de determinada variável em um fator, mas sim estudar a interrelação complexa entre os termos sem que haja uma suposição inicial sobre seus fatores.

Os dados foram ajustados a partir do cálculo da raiz quadrada dos níveis de interesse por cada termo para que eles se aproximassem de uma normal padrão, com o intuito de viabilizar a própria análise fatorial. Não se conseguiu normalidade multivariada mas foram feitos testes não paramétricos para testar a homogeneidade dos dados e seguir com a opção de metodologia escolhida.

A extração de dados pelo Google *Trends* busca atender à tese contemporânea de que o processo de estruturação de movimentos contestatórios perpassa pelas redes. Foram criadas três dimensões a partir dos termos de pesquisa expostos para cada ano analisado – 2013, 2014, 2015 e 2016. O marco temporal escolhido é justamente o período historicamente marcado por convulsões sociais no país e a escolha de se estudar o período de quatro anos invés de um ano isolado justifica o intuito de se captar alguma continuidade de pautas a cada momento de protestos.

Foi criada uma variável latente para captar a influência da percepção acerca dos serviços públicos oferecidos. Nessa dimensão – chamada de dimensão dos serviços públicos – foram reunidas as palavras “vinte centavos”, “passe livre”, “padrão FIFA” e “MPL”. Consoante a literatura, a insatisfação com os serviços públicos – em especial àqueles relacionados à mobilidade e à vida urbanas<sup>109</sup> – é fator fundamental para explicar a eclosão de manifestações no contexto brasileiro.

---

<sup>109</sup> HOLSTON, James. “Come to the Street!”: Urban Protest, Brazil 2013. *Anthropological Quarterly*, vol. 87, no. 3, p. 893, 894 e 895. 2014.

O termo de pesquisa “Padrão FIFA” foi escolhido como uma *proxy* para se captar a insatisfação popular com os serviços do governo. Como 2014 foi um ano caracterizado pelo evento futebolístico da Copa do Mundo patrocinado pela FIFA, o jargão “queremos serviços públicos Padrão FIFA” se popularizou, tornando-se símbolo de queixas e insatisfações perante a gestão pública.

Foi estruturada também a dimensão que reúne termos relacionados à insatisfação política. Esta procura incluir as palavras “corrupção”, “plebiscito”, “reforma política”, “violência policial” e “impeachment”.<sup>110</sup> Essa dimensão foi pensada com o intuito de explorar os argumentos expostos nas sessões sobre a Teoria da Privação Relativa, corrupção como queixa mobilizante e *insights* sobre confiança e instabilidade política.

Por fim, houve a construção da variável latente sobre culpabilização de lideranças políticas. Nela, estão inclusos os nomes supracitados: Lula, Dilma Rousseff, Eduardo Cunha e Sérgio Moro, e o termo “antipetismo”. Essa dimensão tem o intuito de captar a personificação dos problemas sociais como um determinante para se protestar. É embasada na hipótese de que a polarização – “o nós contra eles” – é um elemento forte para incitar atividades contestatórias.

É de suma importância enfatizar que algumas palavras foram retiradas da respectiva dimensão, dependendo do ano. Foi observado que certos termos-chave enfraquecem a variável latente criada – isto é, a correlação entre os termos que formam aquela dimensão perde em significância estatística. Certos testes estatísticos foram realizados para embasar essa decisão – como o Teste de Kaiser-Meyer-Olkin (KMO) e o teste dos fatores.

A variável dependente é igualmente uma dimensão constituída pelos termos “protestos”, “manifestação” e “paneleço”. Tal variável latente também sofreu alterações dependendo do ano, tendo sido retirado algum termo dependendo do resultado dos testes estatísticos mencionados. Em suma, o objeto fundamental de análise proposto é entender se as dimensões criadas e utilizadas como variáveis independentes – serviços públicos, insatisfação política e culpabilização de

---

<sup>110</sup> Complementamos esse trabalho com as palavras utilizadas no artigo de BERNANDES DE MORAES, T; SANTOS, R. Os Protestos no Brasil. Um estudo sobre as pesquisas na web, e o caso da Primavera Brasileira. **Revista Internacional de Investigación em Ciências Sociales**, vol. 9, no. 02, p. 193-206. Dezembro, 2013.

lideranças - possuem influência na variabilidade da dimensão utilizada como variável dependente e cujo tema é mobilização social.

Para tal, foi utilizado o modelo de regressão linear múltipla a partir do método de Mínimos Quadrados Ordinários. Para que esse método possa ser utilizado para modelagem, a literatura expõe cinco hipóteses principais que precisam ser atendidas<sup>111</sup>: linearidade nos parâmetros (RLM. 1); amostragem aleatória (RLM. 2); colinearidade não perfeita (RLM. 3); média condicional igual a zero do termo de erro em relação às variáveis preditoras (RLM. 4); e, finalmente, o pressuposto de homocedasticidade: o termo de erro possui a mesma variância dado quaisquer valores das variáveis explicativas (RLM. 5). Nesse sentido, uma série de testes estatísticos foram executados para que as regressões para cada ano fossem validadas.

Para atender à hipótese RLM.1, foi executado o Teste de Ramsey, com o intuito de averiguar se o modelo poderia ser de fato escrito como uma regressão linear múltipla. Os testes Shapiro-Wilk e Jarque-Bera foram executados para testar normalidade dos resíduos, respeitando a hipótese RLM. 2 sobre amostragem aleatória. Foram executados dois testes de normalidade pela diferença de metodologia entre ambos: o método Jarque-Bera considera assimetria e curtose para testar normalidade.

Pela hipótese RLM. 3, o modelo de regressão linear múltipla aceita algum grau de colinearidade entre as variáveis independentes, desde que não seja uma relação linear exata. Nesse sentido, foi realizado o teste de multicolinearidade pelo fator de inflação da variância para detectar o grau de colinearidade entre as preditoras. Em relação às hipóteses RLM. 4 e RLM. 5, foi executado o teste de Breusch-Pagan para averiguar heterocedasticidade, dado que o método de Mínimos Quadrados Ordinários só pode ser validado sob homoscedasticidade.

Nessa perspectiva, a estrutura base de todas as regressões apresentadas nas próximas sessões – resultados isolados e agregados – é conforme descrito abaixo:

$$mobilização_i = \beta_0 + \beta_1 * insat_i + \beta_2 * servpubli_i + \beta_3 * liderpol_i + u_i$$

---

<sup>111</sup> WOOLDRIDGE, J. **Introdução à Econometria: uma abordagem moderna**. 6ª edição. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

O índice  $i$  representa o iésimo nível de interesse pelos termos de busca contidos na respectiva dimensão para o ano  $t$ . O termo  $u_i$  remete aos elementos que impactam a dimensão mobilização para o ano  $t$  e que não estão contemplados pela equação.

## 3.2 RESULTADOS

### 3.2.1 Estudo das variáveis independentes

Julho de 2013 representa a remobilização de uma cidadania insurgente na imagem também de alguns movimentos com importante atuação nos protestos, como o Movimento Passe Livre (MPL) e o Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto (MTST). Essa cidadania insurgente não é representada por nenhuma classe em específico, tendo unido pessoas de diferentes estratos sociais e sem qualquer agenda pré-definida e bem delimitada. Os motivos geradores dos protestos expostos por HOLSTON (2014)<sup>112</sup> são: a crise urbana-espacial; a falência da democracia representativa e o anseio de buscar formas diretas de participação; o desgosto para com o sistema capitalista; e, por último, a reação truculenta frente à violência policial, à corrupção e à injustiça.

Nesse sentido, para 2013, não foi necessário retirar nenhuma palavra escolhida para representar a dimensão de insatisfação com as instituições e desconfiança. A palavra-chave “violência policial” apresentou uma correlação de 73% em relação às demais palavras da dimensão no Teste KMO mas, no teste a um fator, apresentou correlação abaixo de 30%.<sup>113</sup> Foi decidido mantê-la na dimensão pelo resultado do teste KMO e pela relevância que a literatura concede a ela.

Nenhum termo foi retirado da dimensão sobre serviços públicos. Na verdade, essa dimensão se apresentou bastante forte. No Teste KMO todas as variáveis apresentaram correlação acima de 50% e no teste a um fator todas estão acima de 30%, inclusive a *proxy* “Padrão FIFA”, que apresentou correlação de 60% nesse último, consolidando forte carga fatorial.

Todavia, na terceira dimensão – sobre culpabilização de lideranças políticas – apenas os termos “Dilma” e “Lula” apresentaram correlações significantes. De fato, o termo “antipetismo” apresenta nível de interesse desprezível nas buscas do Google em 2013, de acordo com a plataforma

---

<sup>112</sup> HOLSTON, James. Op. cit. p. 893, 894 e 895. 2014.

<sup>113</sup> Considere os valores de referência para o teste KMO de 50% e para o teste de fatores de 30%.

Google *Trends*. Dessa maneira, esse termo foi retirado da base de dados ajustada para 2013, que consta com 52 observação para 18 variáveis das 19 empenhadas.

O termo “Eduardo Cunha” apresentou correlação fraca logo no Teste KMO, enquanto “Sérgio Moro” estava acima de 50%. Decidiu-se retirar as duas variáveis pelo desempenho inadequado de ambas no teste a 1 fator. Na Tabela 1, foram reunidas todas as palavras mantidas para 2013 e os demais anos, no intuito de facilitar a comparação entre os anos.

**Tabela 1** - Construção das dimensões como variáveis independentes

<b>Ano</b>	<b>Dimensão</b>	<b>Palavras mantidas</b>
<b>2013</b>	<b>Insatisfação com as instituições e desconfiança</b>	Corrupção, plebiscito, reforma política, violência policial, impeachment.
<b>2013</b>	<b>Culpabilização e liderança política</b>	Dilma, Lula.
<b>2013</b>	<b>Insatisfação com serviços públicos</b>	Vinte centavos, passe livre, padrão FIFA, MPL.
<b>2014</b>	<b>Insatisfação com as instituições e desconfiança</b>	Corrupção, plebiscito, reforma política, impeachment.
<b>2014</b>	<b>Culpabilização e liderança política</b>	Dilma, Lula.
<b>2014</b>	<b>Insatisfação com serviços públicos</b>	Passe livre, padrão FIFA.
<b>2015</b>	<b>Insatisfação com as instituições e desconfiança</b>	Corrupção, plebiscito, reforma política.
<b>2015</b>	<b>Culpabilização e liderança política</b>	Dilma, Lula, Eduardo Cunha, Sérgio Moro.
<b>2015</b>	<b>Insatisfação com serviços públicos</b>	Passe livre, padrão FIFA, MPL.
<b>2016</b>	<b>Insatisfação com as instituições e desconfiança</b>	Corrupção, plebiscito, reforma política, impeachment.
<b>2016</b>	<b>Culpabilização e liderança política</b>	Dilma, Lula, Eduardo Cunha, Sérgio Moro, antipetismo.
<b>2016</b>	<b>Insatisfação com serviços públicos</b>	Passe livre, padrão FIFA.

**Fonte:** elaboração própria.

Como já exposto anteriormente pelo estudo de CALDERON (2015), o ano de 2014 tem importância fundamental para o escopo desse trabalho porque é um ano marcado por insatisfações sociais diversas. Na literatura, a Copa do Mundo de 2014 é considerada um gatilho em termos de mobilização e descontentamento porque foi alvo de uma alocação substancial de recursos públicos para viabilizar o evento. Com a grande movimentação financeira, escândalos e suspeitas de corrupção caracterizam o período, consolidando assim um ambiente de desconfiança em que a população se sentiu preterida diante das prioridades do governo e injustiçada perante as atitudes da classe política vigente.

Na dimensão de insatisfação foi retirado unicamente o fator-chave “violência policial.” Para esse termo, observou-se uma boa correlação no teste KMO, de 62%, mas uma carga fatorial muito baixa no teste a 1 fator. Assim, optou-se por retirá-lo da dimensão. No que tange à insatisfação com serviços públicos, foram retirados os termos “vinte centavos” e “MPL”. Ambos apresentaram correlação baixa já no teste KMO – 45% e 36%, respectivamente – justificando sua retirada da dimensão.

No tocante à liderança política, o termo “Eduardo Cunha” foi retirado já no teste KMO, apresentando uma correlação muito baixa com os demais termos da dimensão – de apenas 25%. Já o fator-chave “Sérgio Moro”, apesar da correlação aceitável no teste KMO de 59%, apresentou uma carga fatorial muito baixa no teste a 2 fatores, justificando sua remoção.

O ano de 2015, por sua vez, é conduzido por um clima de euforia social e enorme insatisfação com o governo de Dilma Rousseff e com o Partido dos Trabalhadores (PT). Acontecimentos importantes daquele ano marcam o descontentamento, como: os protestos do dia 15 de março, solicitando reformas e o fim da corrupção no governo Dilma; o painel do dia seis de agosto em várias cidades brasileiras durante a apresentação do programa eleitoral do PT; as manifestações do dia 16 de agosto em mais de 200 cidades brasileiras, reivindicando o impeachment da presidente; e, finalmente, o acolhimento do pedido de impeachment pela Câmara dos Deputados no dia dois de dezembro.

Na dimensão sobre insatisfação, foram mantidos os termos “corrupção”, “plebiscito” e “reforma política”. Tirou-se “impeachment” por sua baixa carga fatorial – cerca de 20% no teste a um fator – apesar de um desempenho satisfatório, mas no limite, no teste KMO – correlação de 51% com os demais termos da dimensão. Em insatisfação com serviços públicos, foram mantidas as palavras “passe-livre”, “padrão FIFA” e “MPL”. O termo “vinte centavos” foi retirado pelo resultado abaixo do adequado já no teste KMO – de 40%. Já liderança política conta com todos os termos escolhidos para caracterizar essa dimensão.

Finalmente, para 2016, foram mantidas as palavras “corrupção”, “plebiscito”, “reforma política” e “impeachment” na dimensão sobre insatisfação e desconfiança, todas apresentando correlação acima de 50% no teste KMO e carga fatorial satisfatória no teste a um fator. Em insatisfação com serviços públicos, foram mantidos os termos “passe livre” e “padrão FIFA” e em

culpabilização e liderança política todas as palavras foram importantes para a construção da dimensão.

O termo “antipetismo” foi acrescentado na dimensão sobre liderança política e apresentou um comportamento ambíguo. No teste KMO, sua correlação foi alta com os demais fatores – de 73% – mas no teste a dois fatores apresenta carga fatorial relativamente baixa – de 23%. Optou-se por mantê-lo no modelo pela importância que a literatura concede ao ambiente polarizado e ao forte sentimento de raiva em relação ao partido, fatores os quais caracterizam a sociedade brasileira inclusive contemporaneamente.

### **3.2.2 Estudo das variáveis dependentes**

Em 2013, a dimensão utilizada como variável dependente conta com todos os termos alocados para esse objetivo, são eles: “manifestação”, “protestos” e “panelaço”. Todos os termos apresentaram correlação satisfatória no teste KMO e apenas panelaço apresentou carga fatorial baixa no teste a 2 fatores – de 27%. Devido à correlação relativamente alta no teste KMO – de 67% – optou-se por deixá-lo no modelo.

No que concerne à variável dependente para o ano de 2014, foram mantidos os termos “manifestação” e “protestos”, sendo que “panelaço” apresentou uma correlação muito baixa com os demais termos já no teste KMO, de 11%. O ano de 2015, por sua vez, conta com todos os termos escolhidos – “panelaço”, “manifestação” e “protestos”.

Em 2015, todavia, a palavra “panelaço” apresentou um comportamento ambíguo por entregar uma correlação de 95% com os demais termos da dimensão no teste KMO mas, concomitantemente, foi aquela de menor carga fatorial no teste a 3 fatores. De qualquer forma, os acontecimentos do dia seis de agosto daquele ano justificam sua importância para a dimensão.

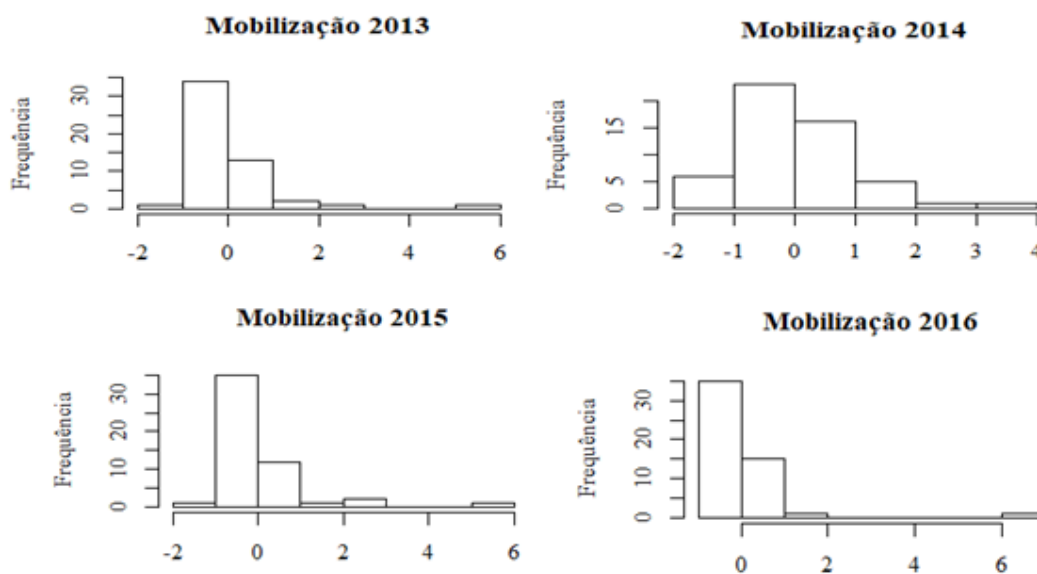
O ano de 2016 reúne as maiores manifestações da história da democracia nacional levando cerca de três milhões de brasileiros às ruas, de forma a superar, inclusive, a marcha pelas Diretas-



Já em meados da década de 80. De acordo com o jornal El País<sup>114</sup>, o movimento pró-impeachment estava centrado no sentimento de total rejeição ao Partido dos Trabalhadores e ao Governo Dilma, consolidando a forte polarização que viria a caracterizar as eleições de 2018, as quais elegeram Jair Bolsonaro à presidência.

Em relação à variável dependente, foram mantidas todas as palavras escolhidas para caracterizar a dimensão sobre mobilização. O termo “panelaço” mais uma vez apresentou comportamento ambíguo, com correlação alta com os demais fatores no teste KMO – de 72% – mas com baixa carga fatorial a 2 fatores, apesar de satisfatória – de 37%. Abaixo, um quadro com a representação gráfica do comportamento das variáveis independentes para todos os anos.

**Figura 2** - Comportamento das variáveis dependentes



**Fonte:** elaboração própria.

Todas as variáveis dependentes se aproximaram de uma normal padrão, com média zero e desvio padrão perto de um. Todas apresentaram assimetria à esquerda e curtose positiva, indicando caudas pesadas e valores distantes da média.

---

4. <sup>114</sup> ROSSI, Marina et al. **Maior manifestação da democracia brasileira joga Dilma contra as cordas**. El País, março de 2016.

### 3.2.3 Resultado das regressões

Para o ano de 2013, todas as dimensões foram significantes para explicar a variabilidade da dimensão sobre mobilização. Apresentaram também o sinal esperado pela literatura, indicando um impacto positivo sobre mobilizações. Ademais, a regressão para o ano de 2013 passou no teste de Ramsey, apresentando p-valor alto suficiente para não rejeitar a hipótese nula do modelo bem ajustado na sua forma funcional.

Todos os coeficientes do teste de multicolinearidade para 2013 estão abaixo de dez, tornando aceitável a hipótese de não multicolinearidade. Para o teste de não heterocedasticidade (Breusch-Pagan), a regressão para 2013 apresentou um p-valor alto, indicando não rejeição da hipótese nula, de tal forma que os resíduos parecem ter uma dispersão aleatória.

Em relação à normalidade dos resíduos, estes se encontravam bem próximos à reta de regressão, consolidando forte indício de normalidade. Foram feitos os testes de Shapiro-Wilk e Jarque-Bera, ambos com p-valor alto – acima de 5% – não rejeitando a hipótese nula de normalidade. Em suma, todos os pressupostos do modelo de Mínimos Quadrados Ordinários foram atendidos no ano de 2013, sendo eles: linearidade nos parâmetros, amostragem aleatória, normalidade dos resíduos, homoscedasticidade e independência condicional do termo de erro.

Em 2014, a única dimensão que teve significância a 10% foi a de insatisfação com serviços públicos. O teste F não apresentou significância globalmente e, nesse sentido, foi executada a tabela anova, com significância apenas para a variância da dimensão sobre serviços públicos. Assim, optou-se por rodar um modelo restrito, retirando as demais dimensões do modelo.

O modelo restrito foi escolhido para incorporar a tabela final de resultados devido ao teste de restrições sobreidentificadoras. A partir da tabela anova com os modelos restrito e irrestrito, não foi possível rejeitar a hipótese nula de que os coeficientes das demais dimensões – insatisfação política e lideranças – são iguais a zero. Desse modo, escolheu-se trabalhar unicamente com a dimensão de serviços públicos. No modelo restrito, insatisfação com serviços públicos apresentou impacto positivo e significativo a 5% para explicar a variabilidade da dimensão sobre mobilizações.

O modelo restrito para 2014 também passou no teste de Ramsey: a hipótese nula foi rejeitada, indicando que o modelo está ajustado na sua forma funcional. Todos os coeficientes no

teste de multicolinearidade estão abaixo de dez e no teste de não heterocedasticidade, a hipótese nula não foi rejeitada.

Para testar normalidade em 2014, averiguou-se que os resíduos estavam próximos da reta de regressão, um forte indício de normalidade. Foram rodados os testes Shapiro-Wilk e Jarque-Bera. Nos dois testes, a hipótese nula não foi rejeitada, indiciando que os resíduos provêm de uma distribuição normal. De qualquer maneira, como a amostra é constituída por mais de 30 observações, assumimos normalidade assintótica, isto é, a amostra é grande o suficiente para inferir que os resíduos convergem para uma distribuição normal.

Para 2015, todas as dimensões apresentaram significância e impacto positivo para explicar a variabilidade da dimensão sobre mobilizações. Todavia, a regressão não passou no teste de Ramsey, indicando não adequação à forma funcional. O modelo também não passou no teste de não heterocedasticidade e a hipótese nula foi rejeitada. Assim, foi executado um segundo modelo para corrigir a heterocedasticidade.

É possível que a origem da heterocedasticidade seja os *outliers* presentes na base de dados. Pela natureza da plataforma Google *Trends* – que trabalha com o índice de interesse por determinada palavra pesquisada na rede – é comum que a série tenha dados com elevada dispersão entre valores máximos e mínimos.

O modelo foi corrigido a partir da função *winsorize* e contou com um intervalo de confiança diferente para a dimensão sobre lideranças políticas. Enquanto a variável dependente e as demais dimensões utilizadas como variáveis independentes comportaram um intervalo de 10%, “liderança política” comportou um intervalo de confiança de 1%. Os coeficientes no modelo corrigido tiveram impacto positivo na variabilidade da dimensão sobre mobilizações, como esperado pela literatura.

Foram executados os mesmos testes para a regressão final, sendo que o modelo passou no teste de Ramsey e no teste de multicolinearidade, com todos os coeficientes abaixo de dez. No tocante à normalidade, o modelo não passou nos dois testes propostos para tal – Shapiro e Jarque Bera. Todavia, como a amostra conta com mais de 30 observações, assumimos o Teorema do Limite Central e, assim, supõe-se que a distribuição dos resíduos converge para uma normal padrão.

Finalmente, para 2016, foram rodados três modelos. O primeiro consta com todas as dimensões e sem correção para a heterocedasticidade. Somente liderança política teve significância estatística, de tal forma que todas as demais dimensões foram removidas, consolidando o segundo modelo. A tabela anova com modelo inicial e o modelo restrito foi executada e a hipótese nula não foi rejeitada, logo, optou-se por trabalhar com o modelo restrito. A terceira regressão consta com a correção em termos de heterocedasticidade para o modelo restrito, dado o efeito dos *outliers*, assim como experienciado em 2015.

O modelo restrito e corrigido passou também pelos testes estatísticos descritos acima. No teste de Ramsey, a hipótese nula foi rejeitada, indicando que o modelo pode não estar bem ajustado. Como só “liderança política” foi significativa, não foi possível realizar o teste de multicolinearidade porque a regressão consta com apenas uma dimensão. Em termos de normalidade, o modelo final passou tanto no teste de Shapiro quanto no teste Jarque-Bera.

Como mostra a tabela 5, os dados do Google *Trends* corroboram à tese de que o ano de 2013 foi caracterizado pela pluralidade de pautas: as pessoas foram às ruas sem um motivo especificado, descrevendo um contexto de descontentamento generalizado com o cenário político. Além disso, foi o único ano em que as dimensões funcionaram melhor em conjunto. Para os demais, como descrito anteriormente e exposto pela tabela abaixo, foi necessário trabalhar com modelos restritos ou realizar ajustes.

**Tabela 2** - Regressões isoladas

	<i>Variável dependente</i>			
		<b>Mobilização</b>		
	<b>2013</b>	<b>2014</b>	<b>2015</b>	<b>2016</b>
<b>Insatisfação política e com as instituições</b>	0,241 <sup>***</sup> (0,072)		0,253 <sup>***</sup> (0,062)	
<b>Liderança política</b>	0,196 <sup>**</sup> (0,096)		0,090 <sup>*</sup> (0,051)	0,755 <sup>***</sup> (0,152)
<b>Insatisfação com serviços públicos</b>	0,595 <sup>***</sup>	0,534 <sup>**</sup>	0,178 <sup>***</sup>	

	(0,087)	(0,263)	(0,056)	
<b>Constante</b>	-0,000 (0,037)	0,000 (0,135)	-0,169*** (0,038)	0,044 (0,114)
<b>Observações</b>	52	52	52	52
<b>R<sup>2</sup></b>	0,932	0,076	0,378	0,332
<b>R<sup>2</sup> Ajustado</b>	0,927	0,058	0,340	0,318
<b>Estatística F</b>	218,165***	4,129**	9,742***	24,828***

*Nota:* \* p<0,1; \*\* p<0,05; \*\*\* p<0,01

**Fonte:** elaboração própria.

Ainda consoante a tabela 5, em 2014 apenas a dimensão sobre serviços públicos foi relevante para explicar a variabilidade da dimensão sobre mobilização. Essa dimensão para esse ano contou com a proposta de *proxy* para captar o sentimento de revolta em relação às despesas públicas mal alocadas, fomentando descontentamento para com a má qualidade dos serviços públicos ofertado e suspeitadas de atos de corrupção. É possível então que essa *proxy* “Padrão FIFA” tenha corroborado para esse resultado positivo e estatisticamente significativo.

Logo, tanto os resultados de 2013 quanto de 2014 mostram que há uma importância fundamental do contexto em que os protestos emergem, como já exposto pelo estudo de ALST e WALGRAVE (2001). No contexto brasileiro, parece que enquanto as pessoas não conseguem materializar as queixas em determinado evento mobilizador – como por exemplo o foi em 2013 com o aumento da passagem de ônibus e em 2014 com o evento da Copa – o ato de se mobilizar é impedido ou talvez apresente custos suficientemente altos os quais travam o empenho.

Algo similar pode ser interpretado para 2015 e 2016. O ano de 2015 pode ser entendido como um antecedente o qual assentou as bases do descontentamento insuportável perante a liderança política do PT, culminando no impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016. Pode-se citar, inclusive, as queixas da classe média difundidas pela internet na forma de memes, como as frases “o PT destruiu a minha vida” ou “é só tirar o PT” que o “Brasil iria para frente”. Para 2015 e 2016, no entanto, não se trata tanto de um evento mobilizador mas sim de um processo de culpabilização – que teve seu auge em 2016.

Ainda assim, para todos os anos, o que parece mais certo é a importância de materializar as queixas em algo ou alguém. Nessa perspectiva, pode haver diversos fatores alvo capazes de gerar mobilizações – como desigualdade de renda, pobreza, serviços públicos de má qualidade, corrupção etc. – mas se estes não forem materializados em algum evento estopim ou em alguma personalidade ou entidade, não se tornam elementos suficientes para incitar protestos, o que poderia explicar o contexto de inércia social exposto anteriormente pelo estudo de MENDONÇA e FUKS (2015) apud SANTOS (2006).

Assim, os resultados das regressões isoladas ratificam também a tese de SCHOENE e ALLAWAY (2019), exposta anteriormente. Problemas sociais de cunho estrutural, como desigualdade de renda ou sociedades corruptas, dificilmente são foco de mobilização pela dificuldade de materializá-los ou percebê-los, porque aparentemente as pessoas se acostumam com esses cenários sócio-políticos problemáticos. Mas, como mostra o estudo aqui empenhado, essa ordem complexa e aparentemente paradoxal é frágil: um acontecimento ou uma escalada de acontecimentos podem despertar sentimentos de revolta capazes de reduzir os custos de uma mobilização em massa, e gerar convulsões sociais com algum impacto substancial na organização política e econômica de uma nação.

### **3.2.4 Resultado agregado**

Nessa última sessão de resultados, optamos por rodar alguns modelos com os dados agregados. O primeiro modelo é a regressão base, em que consta todas as dimensões e *dummies* para os anos 2014, 2015 e 2016 – ou seja, 2013 é a nossa categoria base de comparação. Consta como “modelo base” na tabela.

O segundo, o terceiro e o quarto modelo representam as regressões com as variáveis de interação. Denominada “*Mod\_insat*”, essa é a regressão que interage a dimensão de insatisfação política com os anos, exceto o ano base. O mesmo descreve as regressões “*Mod\_lider\_pol*” e “*Mod\_serv\_publi*”, mas com as dimensões sobre liderança política e insatisfação com serviços públicos, respectivamente. Finalmente, a quinta e última regressão é o próprio modelo base com todas as interações possíveis e com as *dummies* anuais criadas.

**Tabela 3** - Resultados Comparativos

## Resultados

	<i>Variáveis dependentes</i>				
	<b>Mobilização</b>				
	Modelo Base	Mod_isat	Mod_lider_pol	Mod_serv_publici	Modelo Final
<b>Insatisfação política e com as instituições</b>	0,360*** (0,075)	0,384*** (0,132)	0,390*** (0,073)	0,303*** (0,078)	0,241 (0,184)
<b>Liderança política</b>	0,287*** (0,073)	0,329*** (0,072)	0,379** (0,146)	0,310*** (0,078)	0,196 (0,248)
<b>Insatisfação com serviços públicos</b>	0,300*** (0,069)	0,301*** (0,074)	0,273*** (0,078)	0,453*** (0,121)	0,595*** (0,224)
<b>Dummy (2014)</b>	-0,000 (0,148)	-0,000 (0,142)	-0,000 (0,140)	-0,000 (0,147)	-0,000 (0,134)
<b>Dummy (2015)</b>	-0,000 (0,148)	0,000 (0,142)	-0,000 (0,140)	-0,000 (0,147)	-0,000 (0,134)
<b>Dummy (2016)</b>	-0,000 (0,148)	-0,000 (0,142)	-0,000 (0,140)	-0,000 (0,147)	-0,000 (0,134)
<b>Insat*2014</b>		-0,434*** (0,159)			-0,013 (0,233)
<b>Insat*2015</b>		0,248 (0,174)			0,380* (0,219)
<b>Insat*2016</b>		0,059 (0,173)			-0,203 (0,238)
<b>lider_pol*2014</b>			-0,552*** (0,164)		-0,284 (0,284)
<b>lider_pol*2015</b>			-0,008 (0,196)		0,165 (0,280)
<b>lider_pol*2016</b>			0,171 (0,162)		0,624** (0,282)
<b>serv_publici*2014</b>				-0,195 (0,230)	-0,128 (0,295)
<b>serv_publici*2015</b>				-0,054 (0,184)	-0,179 (0,258)
<b>serv_publici*2016</b>				-0,425** (0,178)	-0,751*** (0,259)

<b>Constante</b>	0,000 (0,105)	0,000 (0,101)	0,000 (0,099)	0,000 (0,104)	0,000 (0,095)
<b>Observações</b>	208	208	208	208	208
<b>R<sup>2</sup></b>	0,430	0,482	0,501	0,449	0,553
<b>R<sup>2</sup> Ajustado</b>	0,413	0,458	0,478	0,423	0,518
<b>Estatística F</b>	25,318***	20,452***	22,073***	17,895***	15,807***

Notas:

\*p<0,1; \*\*p<0,05; \*\*\*p<0,01

**Fonte:** elaboração própria.

O resultado agregado evidencia uma significância persistente da dimensão sobre insatisfação com serviços públicos para explicar a variabilidade da dimensão sobre mobilizações. Nessa perspectiva, percebe-se que, dentro do contexto da sociedade brasileira, o nível de interesse nesse período pelas palavras que formam essa variável latente – são elas “vinte centavos”, “passe livre”, “MPL” e “Padrão FIFA” – está de alguma forma vinculado ao nível de interesse pelas palavras que remetem à mobilização social, e isso pode ser mensurado pelas buscas do Google.

O termo “MPL”, de importância tanto em 2013 quanto em 2015, pode ser considerado ainda um indício da tese sobre associativismo como fator mobilizante no cenário nacional. De fato, essa dimensão demandou maior complexidade de construção devido às dificuldades inatas de se classificar insatisfação com serviços públicos – pela própria abrangência que esse assunto suscita. Assim, foi preciso buscar palavras que tivessem uma estreita relação com os movimentos sociais do período e com o tema que se buscou caracterizar, ainda que alguns desses termos possam ter vínculos ambíguos com a variável dependente ou capacidade questionável de explicar o que a dimensão sugere.<sup>115</sup>

As *dummies* temporais não apresentaram significância estatística. No segundo modelo, observa-se que, para 2014, a dimensão “insatisfação política” se enfraquece como fator explicativo de mobilizações sociais comparado a 2013. Para os demais anos, os coeficientes não foram estatisticamente significantes. A análise dos modelos seguintes parece sugerir que essa insatisfação política retorna em 2015 com um novo pico de descontentamento, dado o coeficiente de interação

<sup>115</sup> A influência do termo “MPL” na variabilidade da dimensão sobre mobilizações sociais pode estar mais vinculada à capacidade de associação do que pela insatisfação com serviços públicos em si. Nesse sentido, o associativismo é mais importante para explicar os protestos na medida em que estar associado à um movimento é o que de fato pode estar suscitando mobilizações – pode haver a insatisfação, mas sem a associação, talvez não houvesse empenho em protestar.



positivo e estatisticamente significativo a 10% entre esse ano e essa dimensão no modelo final. Para 2016, por sua vez, o nível de descontentamento retorna ao observado em 2013.

A interação da liderança com o ano de 2014 é negativa e estatisticamente significativa no terceiro modelo, refletindo o mesmo fenômeno observado para a interação entre esse ano e a dimensão de insatisfação política. Isso quer dizer que, comparativamente a 2013, liderança política perde poder explicativo em 2014. Para 2015 e 2016, todavia, os coeficientes não são estatisticamente significativos. Nos demais modelos, observa-se que liderança política ganha importância substancial em 2016.

O quarto modelo, por sua vez, mostra que “insatisfação com serviços públicos” tem poder explicativo similar a 2013 para os anos 2014 e 2015. Nessa perspectiva, há indícios de uma continuidade de pautas mobilizantes entre 2013 e 2016, quando, neste ano, essa dimensão perde em capacidade explicativa. Em outras palavras, a análise aqui empenhada sugere que de 2013 a 2015, termos como “MPL”, “Padrão FIFA” e “Passe Livre” pareciam caracterizar as mobilizações no país e, em 2015, houve um novo pico em termos de insatisfação política que mudou a pauta mobilizadora, dada a importância estatística da dimensão sobre liderança em 2016.

#### **4 CONCLUSÃO**

Todo o esforço aqui empenhado teve o intuito de alcançar uma resposta clara para a pergunta: *o que fez o brasileiro ir às ruas?* Para tal, foram levantadas três teorias extensamente debatidas na literatura: a teoria da privação relativa e o entendimento sobre queixas mobilizantes; a teoria da mobilização de recursos; e a teoria da estrutura de oportunidades políticas. Além disso, foi abordada ainda a tese da importância do contexto para instigar mobilizações – isto é, a ideia de eventos mobilizadores – e o argumento sobre a construção de identidades fomentadoras da polarização e do discurso “nós contra eles” como fatores passíveis de instigar protestos.

Ademais, as possíveis relações existentes entre variáveis socioeconômicas agregadas e os determinantes de protestos foram igualmente debatidas no escopo desse trabalho, assim como o papel das redes no estímulo à atividade contestatória. De fato, talvez seja impossível, na contemporaneidade, não associar protestos a mídias sociais, dada as elevadas capacidades organizacional, de coordenação e de disseminação de informações garantidas pelas redes e fundamentais às mobilizações de rua.

Com os instrumentos disponibilizados pelas redes, foi possível então testar, principalmente, a teoria da privação relativa e a atuação de queixas mobilizantes, pela própria construção das dimensões e suas respectivas temáticas. Os dados coletados a partir das buscas do Google parecem mostrar que entre 2013 e 2015, a principal pauta mobilizadora era, pela nossa nomenclatura, insatisfação com serviços públicos. Apesar das palavras que formam essa dimensão sugerirem outras interpretações para os determinantes de convulsões sociais, é mais certo que, em contexto brasileiro, um evento mobilizador é, de fato, um canal relevante para incitar protestos – como o aumento da passagem de ônibus, em 2013, e a Copa do Mundo, em 2014.

A partir de 2015 há uma mudança de pauta mobilizadora, levando-nos ao segundo fator que mais facilmente mobiliza o brasileiro: a culpabilização de personalidades ou instituições. Assim, pela amostra coletada, é possível concluir que as teses do evento mobilizador e da culpabilização são as que melhor caracterizam os determinantes de protestos em cenário nacional.

Portanto, enquanto o contexto macroeconômico e os problemas estruturais não são materializados em um evento, alguém, instituição ou entidade, os resultados aqui obtidos parecem concluir que os protestos se tornam uma forma de participação direta não preferida pelos brasileiros, seja pelos elevados custos associados à ação política, seja pela dificuldade de vislumbrar os problemas sociais enfrentados.

## 1. REFERÊNCIAS

AELST, P.; WALGRAVE, S. Who is that wo(man) in the street? From the normalization of the protest to the normalization of the protester. **European Journal of Political Research**, vol. 39, no. 4, p. 461-486. Janeiro de 2001. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/225156313>. Acesso em: 15. Jul. 2020.

ARBACHE, G. **Querer e poder: análise quantitativa dos determinantes da ação política no regime democrático brasileiro (VERSÃO CORRIGIDA)**. 2015. Tese (Dissertação de Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BEETHAN et al. **Assessing the quality of Democracy: a practical guide**. Suécia: International IDEA, 2008.

BENSON, M.; ROCHON, T. Interpersonal trust and the magnitude of protest: a micro and macro level approach. **Comparative Political Studies**, vol 37, no. 04, p. 435-457. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0010414003262900>. Acesso em: 06. Jul. 2020.

BERGFELD, M. You're Either a Flower in the Dustbin or the Spark That Lights a Fire: On Precarity and Student Protests. In: GUPTA, S.; HABJAN, J.; TUTEK, H. **Academic Labour, Unemployment and Global Higher Education**. Londres: Palgrave Macmillan, 2016, p. 201-214. Disponível em: [https://link.springer.com/chapter/10.1057/978-1-137-49324-8\\_12#citeas](https://link.springer.com/chapter/10.1057/978-1-137-49324-8_12#citeas). Acesso em: 26.out. 2020.

BERNANDES DE MORAES, T; SANTOS, R. Os Protestos no Brasil. Um estudo sobre as pesquisas na web, e o caso da Primavera Brasileira. **Revista Internacional de Investigación em Ciencias Sociales**, vol. 9, no. 02, p. 193-206. Dezembro, 2013.

BIGGS et al. Is wealthier always healthier? The impact of national income level, inequality, and poverty on public health in Latin America. **Social Science & Medicine**, vol. 71, p. 266-273. 2010. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0277953610003047>. Acesso em: 8. Out. 2020.

BOOTH, J. A. Political Participation in Latin America: Levels, Structure, Context, Concentration and Rationality. *Latin America Research Review*, vol. 14, no. 3, p. 31-32, 1979.

BORBA, J.; RIBEIRO, E. Protestos Políticos na América Latina: tendências recentes e determinantes individuais. **Opinião Pública**, vol. 21, no. 1, p. 188-216. Abril, 2015. Disponível em: <https://www.periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/op/article/view/8641582>. Acesso em: 15. Jul. 2020.

CALDERON et al. Mixed-Initiative Social Media Analytics at the World Bank. 2015 IEEE **International Conference on Big Data (Big Data)**. Santa Clara, CA, 2015, p. 1678-1687. Disponível em: <https://ieeexplore.ieee.org/document/7363939>. Acesso em: 7. Dez. 2020.

CHANG, K.; PARK, J. Social Media Use and Participation in Dueling Protests: The Case of the 2016–2017 Presidential Corruption Scandal in South Korea. **The International Journal of Press/Politics**, p. 1-21. 2020.

CHARNEY, E.; AKERLOF, G. A.; BLAYDES, L. Democratic Change in the Arab World, Past and Present. **Brookings Papers of Economic Activity**, 2012, p. 363-414. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23287220>. Acesso em: 9. Set. 2020.

CHEUNG, F.; LUCAS, R. E. Income Inequality Is Associated with Stronger Social Comparison Effects: The Effect of Relative Income on Life Satisfaction. **Journal of Personality and Social Psychology**, vol. 110, no. 2, 2015. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/280219927\\_Income\\_Inequality\\_Is\\_Associated\\_With\\_Stronger\\_Social\\_Comparison\\_Effects\\_The\\_Effect\\_of\\_Relative\\_Income\\_on\\_Life\\_Satisfaction](https://www.researchgate.net/publication/280219927_Income_Inequality_Is_Associated_With_Stronger_Social_Comparison_Effects_The_Effect_of_Relative_Income_on_Life_Satisfaction). Acesso em: 7. Out. 2020.

DALTON, R. J.; WATTENBERG, M. P. **Parties Without Partisans: Political Change in Advanced Industrial Democracies**. Estados Unidos da América: Oxford University Press, 2002.

DE JONGE, C. K. Corruption as a Mobilizing Grievance. **Congress of the Latin American Studies Association**. Rio de Janeiro, junho, 2009. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.508.8988&rep=rep1&type=pdf>. Acesso em: 17. Nov. 2020.

DYLKO, I. How Technology Encourages Political Selective Exposure. **Communication Theory**, vol. 26, no. 04, p. 386-409. Novembro, 2016. Disponível em: [google.com/search?q=How+Technology+Encourages+Political+Selective+Exposure.&rlz=1C1GCEB\\_enCA850CA850&oq=How+Technology+Encourages+Political+Selective+Exposure.&aqs=chrome..69i57j33i160l3.403j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8](https://www.google.com/search?q=How+Technology+Encourages+Political+Selective+Exposure.&rlz=1C1GCEB_enCA850CA850&oq=How+Technology+Encourages+Political+Selective+Exposure.&aqs=chrome..69i57j33i160l3.403j0j4&sourceid=chrome&ie=UTF-8). Acesso em: 02. Dez. 2020.

GINGERICH, D.W. Corruption and Political Decay: Evidence from Bolivia. **Quarterly Journal of Political Science**, vol. 4, no. 1, p. 1-34. Março, 2009. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/274434751\\_Corruption\\_and\\_Political\\_Decay\\_Evidence\\_from\\_Bolivia](https://www.researchgate.net/publication/274434751_Corruption_and_Political_Decay_Evidence_from_Bolivia). Acesso em: 18. Nov. 2020.

GURR, T. A Causal Model of Civil Strife: A Comparative Analysis Using New Indices. **American Political Science Review**, vol 64, no. 4, p. 1104-1124. Dezembro, 1968. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1953907?seq=1>. Acesso em: 28. Jul. 2020.

HAIR et al. **Análise multivariada de dados**. 6ª edição. Porto Alegre: Bookman, 2009.

HALBERSTAM, Y.; KNIGHT, B. Homophily, group size and the diffusion of political information in social networks: Evidence from Twitter. **Journal Of Public Economics**, vol. 143, p. 73-88. Novembro, 2016. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0047272716301001>, Acesso em: 02. Dez. 2020.

HOLSTON, J. "Come to the Street!": Urban Protest, Brazil 2013. **Anthropological Quarterly**, Vol. 87, no. 3, p. 887-900. 2014. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43653034?seq=1>. Acesso em: 2. Out. 2020.

INGLEHART, R. The Renaissance of Political Culture. **The American Political Science Review**, vol. 82, no. 4, p. 1203-1230. Dezembro, 1988. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/1961756?seq=1>. Acesso em 07. Jul. 2020.

INGLEHART, R.; CATTERBERG, G. Trends in Political Action: The Developmental Trend and the Post-Honeymoon Decline. **International Journal of Comparative Sociology**, vol. 43, no. 3-5, p. 300-316. Outubro, 2002. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/002071520204300305#articleCitationDownloadContainer>. Acesso em 12. Ago. 2020.

JOFFÉ, G. A Primavera Árabe no Norte de África origens e perspectivas de futuro. **Relações Internacionais**, no. 30, p. 85-116. Lisboa, junho, 2011. Disponível em:

[http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1645-91992011000200006](http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-91992011000200006). Acesso em: 4. Set. 2020.

KOLDO et al. Income inequality, mortality, and self-rated health: meta-analysis of multilevel studies. **BMJ**, vol. 339, no. 4471, p. 7. Novembro, 2009. Disponível em:

<https://www.bmj.com/content/339/bmj.b4471>. Acesso em: 8. Out. 2020.

LELKES, Y.; SOOD, G.; SHANTO, I. Affect, Not Ideology: A Social Identity Perspective on Polarization. **Public Opinion Quarterly**, vol. 76, no. 3, p. 405-431. Setembro, 2012. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/255992384\\_Affect\\_Not\\_Ideology\\_A\\_Social\\_Identity\\_Perspective\\_on\\_Polarization](https://www.researchgate.net/publication/255992384_Affect_Not_Ideology_A_Social_Identity_Perspective_on_Polarization). Acesso em: 02. Dez. 2020.

LIJPHART, A. Unequal participation: Democracy's Unresolved Dilemma. **American Political Science Review**, vol. 91, no. 01, p. 10-11. Março, 1997. Disponível em:

<https://www.jstor.org/stable/2952255?seq=1>. Acesso em: 06. Jul. 2020.

MARIE, S.; HOOGHE, M.; QUINTELIER, E. Inequalities in Non-institutionalized Forms of Political Participation: A Multi-level Analysis of 25 countries. **Political Studies**, vol. 58, n. 1, p. 197-213, 2010. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1467-9248.2009.00801.x>. Acesso em: 24. Set. 2020.

MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. Resource Mobilization and Social Movements: A Partial Theory. **American Journal of Sociology**, vol. 82, no. 6, p. 1212-1241. Maio, 1977. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2777934?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 11. Set. 2020.

MCCARTHY, J. D.; ZALD, M. N. The Enduring Vitality of the Resource Mobilization Theory of Social Movements. **Handbooks of Sociology and Social Research**, p. 533-565. Janeiro, 2001. Disponível em: [https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F0-387-36274-6\\_25](https://link.springer.com/chapter/10.1007%2F0-387-36274-6_25). Acesso em: 18. Set. 2020.

MCCARTHY, M. Occupying higher education: The Revival of the Student Movement. **New Labor Forum**, vol. 21, no. 2, p. 50-55. 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43681978>. Acesso em: 21. Out. 2020.

MENDONÇA, C.; FUKS, M. Privação relativa e ativismo em protestos no Brasil: uma investigação sobre o horizonte do possível. **Opinião Pública**, vol. 21, no. 3, p. 626-642. Campinas, dezembro, 2015. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762015000300626&script=sci\\_abstract&tlng=pt](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-62762015000300626&script=sci_abstract&tlng=pt). Acesso em: 19. Ago. 2020.

MINGIONE, Enzo et al. Non-Standard Professional Workers and the Demand of Representation: Do Knowledge Workers Need Collective Organizations? **XVIII ISA World Congress of Sociology**, p.1-2 Julho, 2014. Disponível em:

[https://www.researchgate.net/publication/268085912\\_Non-](https://www.researchgate.net/publication/268085912_Non-Standard_Professional_Workers_and_the_Demand_of_Representation_Do_Knowledge_Workers_Need_Collective_Organizations)

[Standard\\_Professional\\_Workers\\_and\\_the\\_Demand\\_of\\_Representation\\_Do\\_Knowledge\\_Workers\\_Need\\_Collective\\_Organizations](https://www.researchgate.net/publication/268085912_Non-Standard_Professional_Workers_and_the_Demand_of_Representation_Do_Knowledge_Workers_Need_Collective_Organizations). Acesso em: 26. Out. 2020.

MULLER, E. N.; SELIGSON, M. A. Civic Culture and Democracy: the question of casual relationship. **The American Political Science Review**, vol. 88, no. 03, p. 635-652. Setembro, 1994. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2944800>. Acesso em: 07. Jul. 2020.

NORRIS, P. Democratic Phoenix: Reinventing Political Activism. **American Political Science Association**. Janeiro, 2002. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/245862430\\_Democratic\\_Phoenix\\_Reinventing\\_Political\\_Activism](https://www.researchgate.net/publication/245862430_Democratic_Phoenix_Reinventing_Political_Activism). Acesso em: 15. Jul. 2020.

PETERSON, A.; WAHLSTRÖM, M.; WENNERHAG, M. European Anti-Austerity Protests - Beyond "old" and "new" social movements? **Acta Sociologica**, vol. 58, no. 4, p. 293-310. 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0001699315605622?journalCode=asja>. Acesso em: 18. Nov. 2020.

PICKETT, K. E.; WILKINSON, R. G.; Income Inequality and Health: A Causal Review. **Social Science & Medicine**, vol. 128, p. 316-326. Março, 2015. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0277953614008399?via%3Dihub>. Acesso em: 8. Out. 2020.

RENNÓ, L. R. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. **Opinião pública**, vol. 7, no. 1, p. 34, 36-37, 2001. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762001000100003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762001000100003). Acesso em: 07. Jul. 2020.

ROSSI et al. Maior manifestação da democracia brasileira joga Dilma contra as cordas. **El País**, março de 2016. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/13/politica/1457906776\\_440577.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2016/03/13/politica/1457906776_440577.html). Acesso em: 24. Jun. 2021.

SANTOS, M. A.; Lutas sociais pela saúde pública no Brasil frente aos desafios contemporâneos. **Revista Katálysis**, vol. 16, no. 2, p. 233-240. Florianópolis, jul./dez., 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v16n2/09.pdf>. Acesso em: 8. Out. 2020.

SCHOENE, M.; ALLAWAY, I. Income Inequality and European Protest Activity. **Michigan Sociological Review**, vol. 33, p. 76-97. 2019. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/26868252?seq=1>. Acesso em: 14. Out. 2020.

SHEPARD, B. Labor and Occupy Wall Street: Common causes and uneasy alliances. **The Journal of Labor and Society**, vol. 15, p. 121-134. Março, 2012. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1743-4580.2012.00376.x>. Acesso em: 26. Out. 2020.

SOLT, F. Economic Inequality and Democratic Political Engagement. **American Journal of Political Science**, Vol. 52, no. 1, p. 48-60. Janeiro, 2008. Acesso em: 02. Out. 2020.

SRI B et al. An investigation of maternal deaths following public protests in a tribal district of Madhya Pradesh, central India. **Reproductive Health Matters (RHM)**, vol. 20, no. 39, p. 11-20. Maio 2012. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/41714695?seq=1>. Acesso em: 8. Out. 2020.

TATAGIBA, L.; GALVÃO, A. Os protestos no Brasil em tempos de crise (2011-2016). **Opinião Pública**, vol. 25, no. 1, p. 63-96. Campinas, janeiro/abril, 2019. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0104-62762019000100063](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762019000100063). Acesso em: 27. Jul. 2020.

TAYLOR, B. From alterglobalization to Occupy Wall Street: Neanarchism and the new spirit of the left. **CITY**, vol. 17, no. 6, p. 729-747. Dezembro, 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/13604813.2013.849127>. Acesso em: 26. Out. 2020.

THEOCHARIS, Y. et al. Using Twitter to mobilize protest action: online mobilization patterns and action repertoires in the Occupy Wall Street, Indignados, and Aganaktismenoi movements. **Information, Communication and Society**, vol. 18, no. 2, p. 202-220. 2015. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/1369118X.2014.948035>. Acesso em: 07. Dez. 2020.

TILLY, C. **From Mobilization to Revolution**. 1. ed. Nova York: McGraw-Hill College, 1978. Disponível em: <https://deepblue.lib.umich.edu/bitstream/handle/2027.42/50931/156.pdf>. Acesso em: 28. Jul. 2020.

TREMAYNE, M. Anatomy of Protest in the Digital Era: A Network Analysis of Twitter and Occupy Wall Street. **Social Movement Studies**, vol. 13, no. 1, p. 110-126. 2014. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/14742837.2013.830969>. Acesso em: 07. Dez. 2020.

VALENZUELA, S. Unpacking the Use of social media for Protest Behavior: The Roles of Information, Opinion Expression, and Activism. **American Behavioral Scientist**, vol. 57, no. 7, p. 920-942. 2013. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0002764213479375>. Acesso em: 29. Nov. 2020.

VALENZUELA, S.; CORREA, T.; DE ZUÑIGA, H. G. Ties, Likes, and Tweets: Using Strong and Weak Ties to Explain Differences in Protest Participation Across Facebook and Twitter Use. **Political Communication**, p. 1-18. Agosto, 2017. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/10584609.2017.1334726>. Acesso em: 07. Dez. 2020.

WILSON, C.; DUNN, A. Digital Media in the Egyptian Revolution: Descriptive Analysis from the Tahrir Data Sets. **International Journal of Communication**, vol 05, p. 1248-1271. 2011. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/283363606\\_Digital\\_Media\\_in\\_the\\_Egyptian\\_Revolution\\_Descriptive\\_Analysis\\_from\\_the\\_Tahrir\\_Data\\_Sets](https://www.researchgate.net/publication/283363606_Digital_Media_in_the_Egyptian_Revolution_Descriptive_Analysis_from_the_Tahrir_Data_Sets). Acesso em: 29. Nov. 2020.

WOLBRING, T.; KEUSCHNIGG, M.; NEGELE, E.; Needs, Comparisons, and Adaptation: The Importance of Relative Income for Life Satisfaction. **European Sociological Review**, vol. 29, no. 1, p. 98. 2013. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/23357107?seq=1>. Acesso em: 7. Out. 2020.

WOOLDRIDGE, J. **Introdução à Econometria: uma abordagem moderna**. 6<sup>o</sup> edição. São Paulo: Cengage Learning, 2016.